RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados, Na safra 16/17 concluímos mais um passo importante para a Companhia com a aquisição integral da Usina Boa Vista, uma usina que nasceu de um projeto de *greenfield* em 2005 e atingiu sua moagem de cinco milhões de toneladas na safra 16/17. A consolidação da Boa Vista a partir de 2017 fará a São Martinho alcançar uma capacidade de produção industrial de 1 bilhão de litros de etanol e exportação de energia elétrica próxima a 1 GW. Adicionalmente como já é de conhecimento do mercado, finalizamos nessa safra, uma importante etapa operacional e estratégica na Usina Santa Cruz, que atingiu capacidade de moagem de 5,6 milhões de toneladas de cana, combinado com a expansão da produção de açúcar, o que contribuirá para uma redução dos custos operacionais da planta a partir da próxima safra. Costumo dizer que todas as safras são diferentes umas das outras. Porém, na safra 16/17 fomos severamente afetados por uma geada que atingiu cerca de 40.000 hectares de nossos canaviais, reduzindo em 10% nossa produção prevista no inicio da safra. Ao convertermos essa perda de matéria prima em geração de caixa, tivemos um impacto próximo a R$ 200 milhões. Apesar do impacto da geada, tivemos um ano recorde na geração de caixa, conforme demonstramos na Carta Financeira, e, combinado com estratégia de aquisição da Boa Vista, através da troca de ações, encerramos a safra com uma alavancagem financeira confortável – Divida Liquida/ EBITDA 1,55 vezes. Além da melhora dos indicadores financeiros, acessamos nessa safra uma nova fonte de capital, através da emissão de CRA, diversificando nossas fontes de recursos, com um custo bastante competitivo. Estamos confiantes com a safra 17/18. Ainda que os preços de açúcar estejam pressionados nos últimos meses, acreditamos que os preços futuros devem voltar para um patamar alinhado com o cenário factual justo de oferta e demanda global de açúcar. Importante salientar que a recente queda dos preços de açúcar, afeta pouco nossos resultados, dado que já temos cerca de 70% de nosso volume de açúcar (equivalente em cana própria) fixados a R$ 71,1 c/p. Para o etanol, o cenário de curto prazo continua ainda desafiador, mas vemos uma retomada na participação do etanol no ciclo *otto*, em consequência do reaquecimento no consumo interno, de forma gradual. Olhando em um horizonte de médio e longo prazo, o programa RenovaBio, se aprovado pelo Congresso, permitirá aos combustíveis renováveis um papel de maior relevância na matriz energética brasileira. Um passo importante para sustentabilidade do setor e da sociedade. Na parte de inovação e tecnologia estamos empenhados no desenvolvimento e finalização do projeto COA (Centro de Operações Agrícolas) que permitirá a São Martinho um processo mais ágil e eficiente de gestão dos ativos agrícolas que impactará positivamente e de maneira relevante os custos operacionais, no momento que o projeto atingir sua maturidade. Para nosso projeto de MPB (mudas pré-brotadas), realizamos uma série de análises e trabalhos ao longo da safra 16/17 e a resposta deste projeto está sendo bastante positiva. A tecnologia de MPB, combinada com outras técnicas de plantio utilizadas pela Companhia poderão permitir uma economia considerável dos custos agrícolas, além de uma maior disponibilidade de cana ao longo das próximas safras: uma combinação de maior disponibilidade de produto final e maior diluição dos custos, gerando retorno adicional para o acionista. Agradeço a todos pela confiança. Fabio Venturelli - Diretor Presidente.

1. Descrição dos Negócios A São Martinho S.A. - uma das maiores produtoras de açúcar e etanol do Brasil - possui, atualmente, quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis (região de Ribeirão Preto, SP); Iracema, em Iracemápolis (região de Limeira, SP), Santa Cruz (região de Américo Brasiliense, a 45km da Usina São Martinho) e da Boa Vista (Quirinópolis, a 300km de Goiânia, GO). No dia 15 de dezembro de 2016 anunciamos a incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A., joint venture com a Petrobras Biocombustível S.A. ("PBIO"). A incorporação aconteceu através da emissão de 24.023.708 ações no dia 23 de fevereiro de 2017, quando passamos a controlar 100% da Usina Boa Vista. Portanto as informações operacionais nesse Relatório consideram a participação de 50,95% da Usina Boa Vista na safra 16/17, e os dados de resultados financeiros consideram a participação de 50,95% até fevereiro/17 e de 100% no mês de março/17. É importante mencionar que mediante a implantação da norma contábil IFRS 11 (CPC 19), a partir do exercício fiscal de 2014, a São Martinho S.A. deixou de consolidar proporcionalmente os resultados de suas investidas. Tendo em vista a relevância dos resultados da Nova Fronteira Bioenergia S.A. (50,95%) no Grupo São Martinho, a Companhia decidiu pela continuidade da apresentação "proforma" das demonstrações do resultado e dos fluxo de caixa em seus relatórios de administração , nos mesmos critérios de consolidação anteriores (proporcional) à aplicação do referido pronunciamento, até fevereiro de 2017. Como mencionado no parágrafo anterior, a partir de março de 2017 o resultado da Usina Boa Vista passou a ser 100% consolidado na São Martinho. O detalhamento destas informações vem sendo apresentado consistentemente dessa forma, sendo que em função da mencionada aquisição do controle, a partir do próximo trimestre a apresentação "proforma" deixará de existir uma vez que 100% dos resultados da Usina Boa Vista estarão consolidados nas demonstrações financeiras. Conforme anunciado em Fato Relevante, o canavial da São Martinho foi afetado por 3 geadas de alta intensidade durante a safra, reduzindo nossa produtividade (TCH) e a qualidade da cana (ATR). Com isso tivemos uma redução de 3,7% da cana processada em relação à safra 15/16, atingindo 19,3 milhões de toneladas, priorizando a produção de açúcar dado melhor preço de comercialização do produto. Encerramos a safra 16/17 com produção de 1.301 mil toneladas de açúcar em nossas usinas, além de 667 mil m³ de etanol. Além desses produtos cogeramos 720 mil MWh de energia.

2. Conjuntura Econômica Geral e Mercado De acordo com a UNICA (União da Indústria de Cana de Açúcar), a região centro-sul encerrou a safra 16/17 com moagem efetiva de 607,1 milhões de toneladas de cana de açúcar (-1,7%), produzindo 35,6 milhões de toneladas de açúcar (+14,1%) e 25,7 bilhões de litros de etanol (-9,1%). O aumento da produção de açúcar refletiu a decisão dos produtores de priorizar a produção desse produto, dado que os preços internacionais tiveram uma margem superior ao etanol. Em relação ao desempenho financeiro da Companhia na safra 16/17, a receita líquida da São Martinho totalizou aproximadamente R$ 3,1 bilhões, um crescimento de 10,3% em relação à safra anterior. A melhora é explicada, principalmente, pelo maior volume de comercialização de açúcar com preços superiores em relação ao mesmo período da safra passada. O preço médio de comercialização de açúcar da Companhia teve um aumento de 19,4%, que resultou no aumento da receita líquida em 30,7% (R$ 1.644,6 milhões). Em relação ao mercado de etanol, a receita de vendas reduziu 4,8% em relação à safra anterior (R$ 1.238,9 milhões), como consequência do menor volume vendido de 12,2%, devido à quebra de safra comentada anteriormente. O preço médio de comercialização teve uma melhora de 8,3%. As ações ordinárias (SMTO3) do Grupo São Martinho, inserido no Novo Mercado, tiveram performance positiva no ano, resultando em um aumento de 7,4% no preço da SMTO3.

3. Gestão de Pessoas Pautado em um modelo de Gestão de Pessoas atualizado e abrangente, assim como em pilares sólidos para atrair, formar e reter pessoas, a São Martinho visa propiciar oportunidades, capacitar e motivar as equipes. Diante disso, estudar novas tecnologias e parcerias, e agregar maior valor ao seu produto, tornaram-se objetivos do dia a dia da companhia para enfrentar os desafios cada vez maiores do setor sucroenergético. Programas que a companhia desenvolve: **Estagiário:** o estágio é a importante fonte de experiência e aprendizado para os futuros profissionais enfrentarem e obter contato com os desafios que irão encontrar no mercado de trabalho.Para o estudante, a familiarização com as atividades em nível de ensino/aprendizado, proporciona um ambiente de interação entre teoria e pratica além de facilitar e aumentar a experiência, diminuir o impacto e as dificuldades de adaptação no futuro emprego, quando o estagiário iniciar sua caminhada profissional. A São Martinho valoriza e incentiva a oportunidade do aprendizado através do estágio, afinal a descoberta de novos talentos, a oferta de uma possibilidade de aprendizado faz a diferença no que tange o respeito pelas pessoas. **Programa de Trainees:** com duração de 18 meses, foi criado em 2008, e tem o objetivo de encontrar jovens talentos para ocupar cargos estratégicos da empresa. Os participantes são candidatos externos, recém-formados ou em final de curso nas áreas de atuação da Companhia. Os estagiários da empresa que estão em fim de contrato são encorajados a participar da iniciativa. O programa é desenvolvido com apoio de uma consultoria externa, responsável pelos conteúdos comportamentais que visam o desenvolvimento das competências da Companhia. Além disso, também há o desenvolvimento técnico com módulos para complementar a qualificação dos participantes. Ao final do programa, os trainees elaboram um projeto que é apresentado para gestores e colegas. Em 2016, 40 trainees foram selecionados para integrar o programa. **Valores em Ação:** o programa, de 18 meses de duração, foi criado em 2010 e é direcionado a colaboradores que já fazem parte do quadro da empresa. Seu objetivo é identificar potenciais e acelerar o processo de desenvolvimento preparando-os para maiores desafios. Para isso, a São Martinho conta com apoio da mesma consultoria que auxilia no programa de trainees. O processo seletivo para edição de 2016 identificou 73 colaboradores. **Programa Aprendiz:** realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 2016, proporcionou capacitação profissional para cerca de 130 aprendizes de idades entre 16 a 18 anos. Eles participaram de cursos de aprendizagem industrial para os cargos de caldeireiro, Mecânico de manutenção de máquinas industriais, Assistente Administrativo, Almoxarife, Mecânico de usinagem e Mecânico de Manutenção de Máquinas Agrícolas e Veículos Pesados. Após a certificação os jovens passam por processo seletivo e concorrem a vagas na Companhia. **Remuneração:** As práticas de remuneração da São Martinho são competitivas e posicionadas estrategicamente integrando os pilares de Recursos Humanos (atrair, reter e formar) aos valores da Companhia (integridade, ética e respeito pelas pessoas). A São Martinho reconhece o bom desempenho e o merecimento de seus profissionais, em contrapartida à sua contribuição para o atingimento das metas anuais e para o cumprimento dos valores e das diretrizes da organização.A ferramenta de remuneração variável mensal aplicada à área produtiva agroindustrial evidencia o reconhecimento pela entrega e superação das metas, propiciando ganhos superiores em relação ao mercado. O Programa de Participação nos Resultados, por sua vez, estabelece o limite de dois salários anuais a todos os profissionais celetistas para o atingimento das metas organizacionais e setoriais estabelecidas.

4. Investimentos

Manutenção - R$ milhares	**12M17**	**12M16**	**Var%.**
Plantio de Cana	217,141	207,443	4,7%
Manutenção Entressafra/Industriais/Agricolas	207,754	158,149	31,4%
Tratos Culturais	367.217	311.004	18,1%
Total	**792.113**	**676.596**	**17,1%**
Melhoria Operacional - R$ milhares	**12M17**	**12M16**	**Var%.**
Equipamentos/Projetos/Reposições	76.972	74.545	3,3%
Total	**76.972**	**74.545**	**3,3%**
Modernização/Expansão - R$ milhares	**12M17**	**12M16**	**Var%.**
Industriais/Agricolas	107.826	89.675	20,2%
Total	**107.826**	**89.675**	**20,2%**
Total Geral	**976,911**	**840,816**	**16,2%**

Para o período acumulado, o capex de manutenção somou R$ 792,1 milhões apresentando um aumento de 17,1% em relação à safra anterior. O aumento no capex de manutenção reflete, principalmente (i) o aumento na manutenção de entressafra, efeito de cronograma de encerramento de safra – na safra 16/17 finalizamos a moagem 1 mês antes em comparação com a safra 15/16 (ii) aumento nos tratos culturais, refletindo, aumento na área tratada, além de investimentos adicionais em decorrência das geadas, (iii) acréscimo nos custos atrelados à inflação, como mão de obra e diesel, além (iv) da consolidação de 100% da Boa Vista para o mês de março/17.O capex de melhoria operacional – investimentos relacionados às trocas de equipamentos agrícolas e industriais, visando crescimento de produtividade, somou R$ 77,0 milhões, em linha com o montante realizado na safra anterior. Quanto ao capex de expansão, a Companhia realizou investimentos que somaram R$ 107,8 milhões na 16/17, aumento de 20,2% em relação à safra 15/16. Esse aumento reflete, principalmente, a expansão da capacidade de processamento na usina Santa Cruz para 5,6 milhões de toneladas, além do *carry over* de projetos anteriores.

5. Governança Corporativa e Política de Dividendos 5.1. Governança Corporativa A Companhia confirmou sua opção pelas melhores práticas de Governança Corporativa ao aderir às regras do Novo Mercado da Bovespa, assegurando aos seus acionistas total transparência e tratamento igualitário, através do cumprimento de uma das mais importantes e restritas regras de regulamentações de mercado, inclusive dentre os mercados internacionais.Para o atendimento aos investidores, desde o início das negociações das ações na BM&FBovespa, foi estruturada uma equipe de Relações com Investidores (RI) que divulga ao mercado – nos idiomas português e inglês – todos os comunicados, fatos relevantes e demonstrações financeiras da Companhia. 5.2. Política de Dividendos - Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	2017	**2016 Reapre-sentado**
Lucro líquido do exercício	283.867	194.331
Constituição de reserva legal - 5%	(14.193)	(9.717)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	269.674	184.614
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	67.419	46.154
Realização de reserva de lucros a realizar	6,823	7,010
Total dividendos	74,242	53,164
Dividendo por ação	0,2070	0,1572
Quantidade de ações líquido de tesouraria - 31 de março	358,580	338,145

As quantidades de ações utilizadas no cálculo do dividendo por ação para o exercício findo em 31 de março de 2016 foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações ocorrido em 9 de dezembro de 2016. Na tabela acima, foi utilizada a quantidade de ações em tesouraria na data de encerramento do ano safra. Dessa forma, até o momento da aprovação das informações em Assembleia Geral Ordinária - a ocorrer em 28 de julho de 2017 - poderá haverá exercício de opções pelos executivos da Companhia, o que acarretaria em uma mudança na quantidade de ações em circulação e, portanto, no valor nominal de dividendos a serem distribuídos por ação.

6. Perspectivas Conforme publicado em Fato Relevante em 26 de junho de 2017, segue na tabela abaixo a projeção da safra para moagem de cana de açúcar e produção.

Produção	**Realizado Safra 16/17***	**Guidance Safra 17/18**	**Var. (%)**
Moagem (mil toneladas)	**19.281**	**22.300**	**15,7%**
Açúcar (mil toneladas)	1.301	1.400	7,6%
Anidro (mil m³)	398	450	13,1%
Hidratado (mil m³)	269	430	59,8%
Cogeração (mil MWh)	720	900	25,0%
ATR Médio (Kgs/Ton)	130,3	133,5	2,5%
Total de ATR produzido	**2.512**	**2.977**	**18,5%**
Mix Açúcar/Etanol	63% - 37%	62% - 38%	
Mix Açúcar/Etanol - Grupo	54% - 46%	49% - 51%	

* Considera 50,95% da Usina Boa Vista

Para safra 17/18, esperamos moer cerca de 22,3 milhões de toneladas de cana, um crescimento de 15,7% em relação ao realizado na 16/17, com ATR médio (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana 2,5% superior. Este aumento reflete a expectativa de melhores condições climáticas em nossos canaviais ao longo da safra, além da consolidação integral da Boa Vista. Nosso mix de produção continuará sendo mais açucareiro, com um volume total produzido de 1,4 milhão de toneladas, 7,6% superior ao volume produzido na safra 16/17. Com a consolidação integral da Boa Vista – usina 100% dedicada para etanol - nosso volume de produção de etanol para a safra 17/18 deverá totalizar 450 mil m³ de anidro e cerca de 430 m³ de hidratado, assim como a cogeração de energia que deverá totalizar aproximadamente 900 mil MWh na safra. Importante mencionar que as considerações futuras não são garantias de desempenho, e envolvem riscos, incertezas e premissas e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

7. Desempenho no exercício – valores consolidados

DESTAQUES FINANCEIROS (milhares de R$)	**12M17**	**12M16**	**Var. %**
São Martinho - Consolidado			
Receita Líquida[1]	3.122.348	2.831.124	10,3%
EBITDA Ajustado[2]	1.445.083	1.301.240	11,1%
Margem EBITDA Ajustada	46,3%	46,0%	0,3 p.p.
EBIT Ajustado[2]	707,172	565,284	25,1%
Margem EBIT Ajustado	22,6%	20,0%	2,7 p.p.
Indicadores de Balanço Consolidados			
Ativo Total	8.691.883	7.755.590	12,1%
Patrimônio Líquido	3.403.320	2.646.597	28,6%
EBITDA (acumulado dos últimos 12 meses)[3]	1.666.784	1.301.240	28,1%
Dívida Líquida	2.584.549	2.784.955	-7,2%
Dívida Líquida / (EBITDA dos últimos 12 meses)	1,55 x	2,14 x	
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	76%	105%	

1 - Exclui efeito do *Hedge Accounting* de dívida em moeda estrangeira e PPA

2 - Exclui os efeitos de receitas não operacionais recorrentes (R$ 142.362 em 2017 Nota 10.2) e variação no valor justo de ativos biológicos.

3 - Para fins exclusivamente desse quadro o Ebitda ajustado segue os ajustes mencionados na nota 2 acima e considera proforma, os resultados de 12 meses da Usina Boa Vista, como se a companhia detivesse 100% de participação durante todo o exercício.

No comparativo 12M17 x 12M16, a receita líquida consolidada do Grupo apresentou aumento de 10,3%, totalizando R$ 3,1 bilhões, aproximadamente. Conforme já mencionado anteriormente, o aumento da receita líquida refletiu, principalmente, o aumento do volume de comercialização de açúcar com preços superiores ao mesmo período da safra passada, o que contribuiu para o aumento de 11,1% no EBITDA Ajustado do período, totalizando R$ 1.445,1 milhões, com margem EBITDA Ajustado de 46,3%. Seguem abaixo as tabelas de receita líquida e volume de vendas dos produtos da Companhia que ilustram a melhora da performance dos resultados nos últimos exercícios sociais.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA	**12M17**	**12M16**	**Var. (%)**
Milhares de Reais			
Mercado Doméstico	**1.521.316**	**1.443.123**	**5,4%**
Açúcar	161.813	102.230	58,3%
Álcool Hidratado	400.621	415.915	-3,7%
Álcool Anidro	720.424	665.196	8,3%
Energia Elétrica	152.089	185.573	-18,0%
Negócios Imobiliários	21.289	23.210	-8,3%
Outros	65.079	50.999	27,6%
Mercado Externo	**1.601.032**	**1.388.001**	**15,3%**
Açúcar	1.482.817	1.156.500	28,2%
Álcool Hidratado	74,824	85,972	-13,0%
Álcool Anidro	43,008	134,579	-68,0%
Outros	384	10,950	-96,5%
Receita Líquida Total	**3.122.348**	**2.831.124**	**10,3%**
Açúcar	1.644.630	1.258.730	30,7%
Álcool Hidratado	475,445	501,887	-5,3%
Álcool Anidro	763,431	799,775	-4,5%
Energia Elétrica	152,089	185,573	-18,0%
Negócios Imobiliários	21,289	23,210	-8,3%
Outros	65,463	61,949	5,7%

VOLUME DE VENDAS	**12M17**	**12M16**	**Var. (%)**
Produtos			
Mercado Doméstico			
Açúcar (ton)	137.706	96.980	42,0%
Álcool Hidratado (m3)	240.126	261.128	-8,0%
Álcool Anidro (m3)	389.345	395.541	-1,6%
Energia Elétrica (MWh)	914.538	831.170	10,0%
Mercado Externo			
Açúcar (ton)	1.176.043	1.103.959	6,5%
Álcool Hidratado (m3)	38,353	52,119	-26,4%
Álcool Anidro (m3)	30,638	86,277	-64,5%
Volume Consolidado Total			
Açúcar (ton)	1.313.748	1.200.939	9,4%
Álcool Hidratado (m3)	278,479	313,247	-11,1%
Álcool Anidro (m3)	419,983	481,818	-12,8%
Energia Elétrica (MWh)	914,538	831,170	10,0%

8. Fontes de Recursos Endividamento Consolidado Na safra 16/17, a Companhia reduziu sua dívida líquida em 7,2%, totalizando R$ 2,58 bilhões, encerrando com indicador Dívida Líquida/EBITDA em 1,55 vezes. A melhora do indicador reflete a forte geração de caixa operacional na safra além da incorporação da Nova Fronteira.

ENDIVIDAMENTO - Em Milhares de R$	**mar/17**	**mar/16**	**Var%.**
PESA	42,009	51,757	-18,8%
Crédito Rural	505,640	147,229	243,4%
BNDES / FINAME	842,630	734,472	14,7%
Capital de Giro	761,944	990,353	-23,1%
ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio)	-	142,520	n.m.
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	633,070	1.024.853	-38,2%
NCE (Nota de Crédito de Exportação)	584,487	734,296	-20,4%
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	349,462	-	n.m.
Obrigações decorrentes de Aquisições - LOP	62,088	73,794	-15,9%
Obrigações decorrentes de Aquisições - Outros	-	5,893	n.m.
Dívida Bruta Total	**3.781.331**	**3.905.167**	**-3,2%**
Disponibilidades[1]	1.196.782	1.120.212	6,8%
Dívida Líquida Consolidada	**2.584.549**	**2.784.955**	**-7,2%**
Dívida Líquida / EBITDA Acum.	1,55 x	2,14 x	
Dívida Líquida / EBITDA Acum. - USD[2]	1,61 x	2,16 x	

1 - As Disponibilidades são compostas pelas linhas do balanço consolidado: Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

2 - Dívida Líquida PTAX:	EBITDA Acumulado PTAX médio diário 12 meses:
Março/16: R$ 3,56	Março/16: R$ 3,58
Março/17: R$ 3,17	Março/17: R$ 3,30

9. Sustentabilidade A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da São Martinho no longo prazo. Por isso, a empresa lida de maneira transparente com os desafios relacionados às suas operações. A priorização da questão ambiental, por exemplo, se justifica porque está diretamente relacionada à continuidade dos negócios com a cana-de-açúcar. O bom relacionamento com as comunidades do entorno, por sua vez, é parte do compromisso da empresa com o respeito às pessoas. Desse modo, os programas de cidadania empresarial buscam trazer benefícios a todos os envolvidos, garantindo a sustentabilidade dos negócios. Todo esse trabalho é norteado por uma gestão social responsável, pautada em uma relação ética e transparente com os públicos com os quais o Grupo se relaciona. O objetivo é o desenvolvimento de seu negócio e da sociedade, gerando valor a todos e atendendo às necessidades das gerações atuais sem comprometer as futuras. A sustentabilidade permeia toda a cadeia produtiva da Companhia, que abrange desde o uso responsável do solo, plantio e colheita mecanizada da cana-de-açúcar, reutilização de resíduos no processo produtivo, respeito e conservação do meio ambiente, ética e governança corporativa até o relacionamento com a comunidade e os demais públicos de interesse. O conceito de sustentabilidade sempre esteve presente na cultura do Grupo e permeou a sua forma de operar e gerir o negócio. A São Martinho tem investido historicamente em melhorias de processos, tecnologias e iniciativas que, além de refletir sua preocupação com a sustentabilidade, melhoram sua eficiência operacional. **9.1. Projetos Sociais/ Ações Sociais** PROGRAMAS VOLTADOS PARA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL **Primeiro Emprego Projovem e Patrulheiros** Desenvolvido em parceria com instituições de Iracemápolis e Pradópolis, promoveu, em 2016, o acesso de 51 jovens, com idades entre 16 e 18 anos, ao mercado de trabalho. O projeto oferece capacitação e oportunidades profissionais aos estudantes da rede pública de ensino. Ao fim, os jovens têm a possibilidade de permanecer na Companhia ou de participar de recrutamentos até um ano após sua saída. Iniciado há 18 anos, o projeto proporcionou oportunidades para todos os participantes do programa. No quadro da São Martinho, há vários profissionais oriundos do Primeiro Emprego Projovem e Patrulheiros. **Telessalas** O projeto, realizado pela Usina Iracema, em parceria com a Fundação Bradesco e a Prefeitura de Iracemápolis, oferece a diversos jovens e adultos a oportunidade de retomar os estudos. Para isso, a ação disponibiliza quatro Telessalas, dotadas de equipamentos, material didático e monitores custeados pela Empresa. Desde 2002, milhares de alunos já se formaram por meio da iniciativa, nos ensinos Fundamental e Médio. **Programa Bom Ano Escolar** Desenvolvido nas Usinas Iracema e Santa Cruz, o programa visa auxiliar os colaboradores a manter seus filhos na escola por meio da entrega de kits com material escolar. A cada ano, são abertas inscrições para que os colaboradores solicitem o benefício, entregue no mês de fevereiro. São kits para alunos do 1º ao 9º ano na Usina Iracema e para alunos da pré-escola e 1° ano ao ensino técnico na Usina Santa Cruz. Em 2017, foram distribuídos 1.740 kits.CULTURA E LAZER **Teatro Prefeito Virgínio Ometto** A Usina Iracema e a Associação Movimento Arte e Cultura de Iracemápolis (AMACI) promoveram, em parceria, a reforma do antigo cinema da cidade, que se transformou em um moderno e aconchegante cineteatro. O objetivo é proporcionar momentos de lazer e cultura à comunidade, em uma estrutura que conta com capacidade para receber 324 pessoas e um palco de 12 metros de comprimento. Anualmente, milhares de pessoas participam de eventos culturais, dentre eles peças teatrais, sessão de cinema, apresentações de Orquestra Sinfônica e Stand Up. **Teatro na Cidade – Estação Cultura** Projeto Estação Cultura, uma iniciativa promovida pela São Martinho para levar cultura de uma forma diferente a crianças e adultos dos municípios de Pradópolis, Iracemápolis, Américo Brasiliense e Quirinópolis (GO). A caravana levou, em 2016, espetáculos gratuitos de teatro, circo, sessões de cinema, oficinas pedagógicas e contação de história para as comunidades, reunindo um público de aproximado de 12.800 pessoas. **Feira do Livro** Anualmente a Usina São Martinho proporciona a seus colaboradores uma visita à Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto, em 2016 a feira trouxe a apresentação de vários autores nacionais e internacionais, além da presença de grandes personalidades de expressão nacional, como Mário Sérgio Cortella. A Empresa também incentiva a leitura, por meio da doação de livros para ações sociais. Em 2016, foram beneficiados cerca de 120 colaboradores. ESPORTE **Corrida São Martinho** A prova anual tem percursos de 5 e 10 quilômetros e promove a integração entre colaboradores de diversas unidades. O percurso passa por trilhas que cortam os canaviais da Usina São Martinho e tem, cada vez mais, despertado o interesse de atletas profissionais – tanto que, por ser realizada no final do ano, a prova vem sendo usada por maratonistas como preparação para a tradicional Corrida de São Silvestre. O evento é aberto à participação do público, e as premiações são divididas nas categorias masculina, feminina, por faixa etária, colaboradores e não colaboradores. A edição de 2016 reuniu cerca de 1,5 mil corredores. **Programa Jogos do Sesi** Fruto de parceria entre o Serviço Social da Indústria (SESI) e a Usina Iracema, o programa tem o intuito de incentivar a prática do esporte e o trabalho em equipe entre os colaboradores. Os 61 colaboradores, inscritos em 2016, competiram em várias modalidades, como atletismo, truco, vôlei, Snooker, natação, cabo de guerra e vôlei, entre outras. A empresa custeia toda a ação, transporte, uniformes, alimentação e a inscrição dos candidatos. **Projeto Tifui** O Torneio Interno de Futebol Usina Iracema (TIFUI) acontece todo ano, no período de entressafra, e busca integrar os colaboradores da Empresa. Todos os materiais e recursos utilizados para os jogos, que acontecem na própria unidade, são cedidos pela Companhia. Em 2017, o torneio mobilizou cerca de nove turmas, onde 130 são colaboradores. Os três primeiros colocados receberam troféus e medalhas. AÇÕES DE VOLUNTARIADO Segurança, respeito, companheirismo e parceria são valores e virtudes que norteiam a conduta profissional de todos os seus colaboradores e estabelecem laços duradouros, imprimindo o jeito de ser da São Martinho e o modo com que a companhia se relaciona com seus públicos de interesse. As ações de cunho social são comunicadas a todos os colaboradores, por meio dos veículos de comunicação interna da empresa, e cada colaborador participa voluntariamente das ações. **Programa Empresários do Futuro** Desenvolvido em Iracemápolis, o projeto tem como objetivo mostrar aos alunos do Ensino Médio como funciona uma empresa. A ação inclui a apresentação de conceitos como marketing, finanças, recursos humanos e produção. Durante 15 semanas, os participantes têm a oportunidade de desenvolver e comercializar um produto, com base em pesquisas de mercado elaboradas e executadas por eles. O projeto é apoiado voluntariamente por colaboradores da Usina Iracema que participam da iniciativa como professores. A participação dos jovens também é voluntária, já que as aulas são ministradas no contraturno escolar. Os 28 alunos, que participaram da edição de 2016, criaram a empresa Defiforex, que significa Definir, Fixar, Formular e Executar. Eles desenvolveram como produto das lições aprendidas durante o programa um porta-copos feito de material reciclável. A ideia rendeu aos alunos três premiações: 1º lugar na categoria Ações de Marketing; 3º lugar na categoria Gestão de Pessoas; e 2º lugar em Responsabilidade Social. O projeto é fruto de parceria da Companhia com as ONGs Junior Achievement e Instituto de Desenvolvimento de Limeira (IDELI). **Campanha Natal sem Fome** Campanha Natal sem Fome - Promovida anualmente, pela São Martinho, a campanha estimula o espírito de solidariedade e o voluntariado no público interno. São arrecadados alimentos não perecíveis, durante os meses de novembro e dezembro, doados a instituições sociais dos municípios de Pradópolis, Iracemápolis, Américo Brasiliense e Quirinópolis (GO). **Campanha do Agasalho** A iniciativa filantrópica anual visa arrecadação de agasalhos e cobertores para destiná-los à população de baixa renda. É realizada pelo fundo social de algumas cidades do entorno das unidades da São Martinho, com apoio da Companhia. **Palestras sobre prevenções contra incêndios** A Usina São Martinho promoveu em 2016, palestras sobre prevenção contra incêndios para professores de escolas municipais, estaduais e particulares de cidades da região de Pradópolis (SP). O objetivo é compartilhar informações sobre conscientização, prevenção e combate aos incêndios, para que professores possam trabalhar em sala de aula com os alunos a importância de atitudes de responsabilidade ambiental. Cerca de 250 professores de escolas de Jaboticabal, Pradópolis, Guariba, Dumont, Guatapará e Mombuca já participaram das atividades, que são apresentadas pelos colaboradores da área de Serviços Agrícolas da Usina São Martinho. Além da palestra, a usina também distribui cartilhas com informações e dicas para a prevenção de incêndios, mostrando como uma ocorrência criminosa é prejudicial para o meio ambiente, comunidade, municípios, produtores e usinas. Cerca de 4 mil cartilhas foram distribuídas para professores e alunos das escolas municipais da região. A ação também prepara professores para estimularem os alunos a se interessarem ainda mais pelo tema, por meio da aplicação de um questionário que vale prêmio. São questões que os alunos podem responder junto com os pais. Quem acerta 100% das perguntas, participa de um sorteio de brindes oferecidos pela São Martinho. **Dia Mundial da Água** A São Martinho comemora, anualmente, o Dia Mundial da Água desenvolvendo ações de conscientização para estudantes e comunidade, como concurso de frases, plantio de mudas e visitas. A relação entre árvores e água é ainda mais clara quando se trata de vegetação que fica às margens de curso de água, chamadas de matas ciliares. As árvores estabilizam as margens, impedindo a erosão e o assoreamento dos cursos hídricos, entre tantas outras funções importantes, como a preservação da fauna e da flora. Os estudantes ainda receberam informações sobre a importância das florestas para a proteção dos mananciais, da coleta seletiva e do uso racional da água. **Doação de sangue.** Um gesto que salva vidas - a São Martinho promove anualmente uma campanha para incentivar a doação voluntária de sangue entre os colaboradores das áreas industrial e agrícola. A iniciativa é uma forma de conscientizar e sensibilizar sobre a importância da doação de sangue. Cerca de 110 colaboradores participaram voluntariamente desse ato solidário. As doações ocorrem em parceria com os hemocentros dos municípios locais. A doação espontânea e periódica é um ato de solidariedade, cidadania e amor. PROGRAMAS DE DIVERSIDADE O respeito às pessoas está entre os valores da São Martinho, e, portanto, a Empresa estimula a diversidade em seu quadro de colaboradores. Sua Política de Responsabilidade Social repudia qualquer forma de discriminação, defende a promoção da equidade e o respeito às diferenças. Violações a essas diretrizes podem ser denunciadas por meio do Canal Ético. **Programa Empresa Cidadã** Desde o início de 2010, a São Martinho adota a prorrogação do período de **licença-maternidade** de 120 dias para 180 dias e agora adota a **licença paternidade**, de cinco para 15 dias, conforme concedido pelo Governo Federal. Com isso, 100% das mães da empresa podem optar por ficar seis meses em casa, após o parto, antes de retornar ao trabalho. **Inclusão social economicamente ativa** Destacando seu compromisso com a diversidade, a São Martinho promove, desde 2013, cursos de capacitação profissional para pessoas com deficiência, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e as prefeituras de Guariba, Pradópolis, Barrinha, Araraquara, Américo Brasiliense, Iracemápolis e Quirinópolis(GO). O principal objetivo do projeto é qualificar pessoas com deficiência para que possam se integrar ao mercado de trabalho de forma mais efetiva. A iniciativa também busca adequar a companhia à legislação vigente relacionada à contratação de PCDs de maneira prática, funcional e que traga beneficio e oportunidade tanto para o colaborador quanto para a empresa. Os alunos são qualificados profissionalmente pelo Senai por meio de treinamento específico com professores especializados e acompanhamento de equipe multiprofissional. O programa já qualificou cerca de 200 pessoas com deficiência. Atualmente, 19 profissionais com deficiência, qualificados profissionalmente pelo programa de aprendizagem, foram integrados ao dia a dia de trabalho da São Martinho. Contratados em diversos cargos, os PcD's passam por processos de seleção e integração antes de assumirem seus postos em diferentes áreas da unidade, agrícola, industrial e administrativa. O projeto ainda proporciona aos participantes a elevação da autoestima, oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional, possibilidade de ingresso no mercado de trabalho e, consequentemente, aumento da renda. Outras ações da São Martinho também valorizam pessoas com deficiência, como é o caso da contribuição mensal da Usina Iracema à Associação de Reabilitação Infantil Limeirense (ARIL). Para melhorar a qualidade do atendimento da instituição, a unidade também cede espaço físico e apoia sua gestão. Todos os anos, a unidade recebe o selo "Empresa Amiga da Aril". Outra instituição que recebe incentivo é a Apae de Limeira, cujo reconhecimento resultou na entrega pela instituição do selo "Empresa Cidadã", em 2016. Todos os esforços contribuíram para a São Martinho ficar entre as 15 grandes empresas do Estado de São Paulo selecionadas no III Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência. A iniciativa é da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e tem como objetivo dar visibilidade às boas práticas relacionadas à inclusão profissional das pessoas com deficiência e estimular as demais organizações a aperfeiçoarem seus programas de respeito à diversidade humana. As empresas participantes foram avaliadas, entre outros critérios, pela promoção da política dos direitos da pessoa com deficiência, igualdade de oportunidades, grau de sustentabilidade dos projetos, disponibilidades materiais e psicológicas e potencial de reaplicação e multiplicação das iniciativas. Buscando dar transparência ao processo de divulgação, os resultados ambientais da organização são detalhadamente descritos no Relatório Anual de Sustentabilidade. A São Martinho adota a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), padrão internacional utilizado nesse tipo de documento. Em 2015 foi publicada a quarta edição do relatório. **9.2 Projetos Ambientais** O sistema de gestão ambiental das unidades do Grupo São Martinho tem sido mantido e continuamente melhorado sempre com o desenvolvimento das atividades produtivas em harmonia com a natureza. Além de gerenciar todos os aspectos e impactos ambientais de seus processos de produção e todos os requisitos legais relacionados às suas atividades, as equipes de meio ambiente das unidades da companhia também fazem um papel orientador e influenciador em toda cadeia de fornecedores de matéria-prima, insumos, materiais e serviços, atentando sempre para as necessidades ambientais como, por exemplo, na realização de campanhas de redução do consumo de água nos anos 2014, 2015 e 2016. Em datas comemorativas como, por exemplo, no Dia Mundial da Água, Dia do Meio Ambiente e Dia da Árvore a São Martinho promove eventos para conscientização de seus colaboradores e comunidade local. Em 2016, em comemoração ao Dia Mundial da Água, a São Martinho promoveu para todas as suas unidades o concurso de frases. As melhores frases foram selecionadas por uma equipe multidisciplinar e foram divulgadas nas redes sociais do Grupo. Além disso, nesta data, houve o plantio, distribuição de mudas de árvores nativas e visitas de alunos do ensino fundamental e estudantes universitários. Em 17 de maio de 2016, a São Martinho foi homenageada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente na abertura da Operação Corta Fogo, em evento realizado no Pico do Jaraguá, em São Paulo. A empresa foi reconhecida pelo seu efetivo trabalho de combate a incêndios florestais em Áreas Protegidas do Estado de São Paulo. A São Martinho também participou do evento de lançamento da edição 2016 da campanha institucional de Conscientização, Prevenção e Combate aos Incêndios, promovida pela Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (ABAG/RP no Centro Empresarial Iguatemi, em Ribeirão Preto). Para celebrar o Dia da Árvore, comemorado em 21 de setembro, a São Martinho promoveu uma ação diferente com os colaboradores de todas as unidades da Companhia. A ação "Eu Quero Plantar uma Árvore" realizada no dia 23 de setembro contou com participação de 30 colaboradores de cada unidade, incluindo o Corporativo de São Paulo que tiveram a oportunidade de ir a campo plantar uma muda de árvore. Além disso, a Usina Iracema recebeu crianças e adolescentes que participam da ONG Ágape para comemorar esta data. A ação promoveu o plantio de mil mudas de árvores nativas e frutíferas em uma área de preservação permanente da unidade. A Usina Iracema foi uma das empresas convidadas do II Workshop de Boas Práticas Ambientais, promovido pelo Grupo de Meio Ambiente em parceria com a CETESB, no dia 1º de julho, em Limeira. O evento teve como objetivo apresentar projetos de sucesso de empresas de Limeira e região que promoveram melhorias ambientais em suas instalações industriais e práticas produtivas. A Usina Iracema levou ao evento sua experiência positiva na implantação do Concentrador de Vinhaça, instalado na unidade em 2015. A tecnologia promove a redução da captação de água para uso industrial, além de outros benefícios ambientais como o reaproveitamento de um resíduo industrial (vinhaça) para o aumento da fertilidade do solo, melhor distribuição do fertilizante em área de cultivo de cana de açúcar, a redução do uso de fertilizantes químicos e a redução no consumo de óleo diesel. **Centro de Educação Ambiental (CEA)** Criado em 2000, na Usina São Martinho e implementado em 2005 na Usina Santa Cruz, tem como objetivo conscientizar estudantes, colaboradores e a comunidade em geral sobre a preservação de recursos naturais. Oferece salas temáticas com ênfase em resíduos, reciclagem, água, ar, solo, energias renováveis, biodiversidade e cana-de-açúcar, entre outros, além de uma de controles ambientais, de onde é possível observar o funcionamento dos processos agroindustriais nas usinas (como o plantio) e o controle biológico das pragas da cana. Em 2016 foram recebidos 6.709 visitantes. Juntos, esses centros de educação ambiental já receberam cerca de 111 mil pessoas. Na Usina Iracema, o trabalho de educação ambiental é promovido por meio de palestras, treinamentos internos e durante a

continua...

integração de funcionários. Com a comunidade, são realizadas iniciativas em parceria com a Prefeitura de Iracemápolis e a Polícia Ambiental, por meio de plantio de mudas de árvores nativas nas áreas da usina em datas ambientais comemorativas. A São Martinho ficou entre as empresas de destaque do Prêmio MasterCana Social 2016, na categoria Educação e Cultura recebeu a premiação de 2º lugar com o Centro de Educação Ambiental (CEA). **Projeto Viva a Natureza** Foi implementado em 2000 e é uma iniciativa pioneira da Companhia na recuperação das matas ciliares. Teve início na Usina São Martinho com a meta de plantar, em dez anos, um milhão de mudas de árvores nas áreas agrícolas da usina. Contudo, o projeto já ultrapassou a marca de 4,2 milhões de mudas plantadas pelas unidades São Martinho, Iracema e Santa Cruz. **Uso responsável do solo** O investimento em tecnologia faz com que a São Martinho tenha 100% da colheita mecanizada em suas áreas administradas. Essa prática agrega nutrientes ao solo, retém umidade e evita processos erosivos devido ao remanescente da palha da cana-de-açúcar em campo. **Uso responsável da água** A Companhia faz controle de vazões e da qualidade das águas captadas para uso industrial e consumo humano. As unidades Iracema e Santa Cruz adotam sistemas fechados de circulação de água que favorecem a menor captação de volume de água utilizada nos processos. Com isso, há redução significativa do volume de efluentes gerados que, poderiam ser lançados no solo agrícola ou no curso d'água após avaliação de conformidade. No ano de 2016, na Usina Iracema, deu-se início a operação da nova torre de resfriamento, o que possibilitou a redução da captação de água e a reutilização de água em seu processo industrial. **Controle biológico** São empregados métodos naturais de controle de pragas comuns à cultura da cana, como a broca de cana-de-açúcar, a cigarrinha-da-raiz e o bicudo-da-cana. Para isso, as biofábricas da empresa produzem agentes que contribuem para o controle dessas pragas, que prejudicam a produtividade e a qualidade do solo. Assim, é possível reduzir a aplicação de defensivos químicos no solo. **Programa de gerenciamento de resíduos sólidos** As unidades do Grupo controlam a saída de todos os resíduos gerados em suas dependências por meio de pesagem e planilhas eletrônicas. Conforme suas características, os resíduos são descartados de maneira correta e destinados à reciclagem, recuperação e outros métodos sustentáveis de descarte, como por exemplo, reaproveitados em processo de coprocessamento em indústrias cimenteiras. **Atualização da legislação e monitoramento dos aspectos e impactos ambientais** As unidades da São Martinho utilizam um sistema informatizado para gestão de legislação e de aspectos e impactos ambientais. Esse sistema é composto por ferramentas gerenciais para identificação, acesso, análise, atualização e avaliação periódica do atendimento aos requisitos legais. **Certificações** A certificação Bonsucro das unidades Iracema e Santa Cruz, obtidas nos anos de 2012 e 2013 respectivamente, estão sendo mantidas. Em 2016 foram realizadas auditorias de 3ª parte atestando o cumprimento de leis ambientais, respeito aos direitos humanos e trabalhistas, o gerenciamento da eficiência de insumos, produção e processamento sustentáveis, gestão ativa da biodiversidade e melhoria contínua das áreas chave do negócio. Em 2016 foram realizadas novas auditorias de 3ª parte para manutenção das certificações ISO 9.001 e ISO 14.001 do sistema de gestão ambiental e de qualidade da unidade Santa Cruz. Essas certificações garantem que todos os processos de produção contemplam prevenção em vez de correção, planejamento de processos, atividades e produtos, monitoramento contínuo, melhoria contínua, priorização da gestão com foco nos impactos ambientais significativos, maximização dos efeitos benéficos e minimização dos efeitos adversos e evolução em função das mudanças circunstanciais. Em 2015 o Grupo São Martinho recebeu o Selo Energia Verde desenvolvido pela UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) em parceria com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) certificando que a energia elétrica gerada a partir da biomassa nas unidades da companhia atende critérios de eficiência energética, além das boas práticas agrícolas e industriais de sustentabilidade. Em 2016 o selo foi renovado para as unidades da São Martinho.

10. Aderência à Câmara de Arbitragem A Sociedade, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Sociedade, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado, nos termos do artigo 47 de seu Estatuto Social.

11. Serviços Prestados pelos Auditores Externos Em relação aos auditores independentes:

	Exercício social findo em 31 de março de		
	2017	**2016**	**2015**
a) Nome empresarial	Ernst & Young Auditores Independetes S.S. e	Ernst & Young Auditores Independetes S.S. e	Ernst & Young Auditores Independetes S.S. e Pricewaterhous e Coopers Auditores Independentes (1º trimestre)
b) Responsáveis, CPF e dados para contato	Sr. José Antonio de A. Navarrete CPF: 120.817.178-08 E-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com Endereço: Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º e 3º andares - Nova Campinas, CEP.: 13092-123, Campinas/SP Telefone: (19) 3322-0500 Fax: (19) 3322-0559	Sr. José Antonio de A. Navarrete CPF: 120.817.178-08 E-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com Endereço: Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º e 3º andares - Nova Campinas, CEP.: 13092-123, Campinas/SP Telefone: (19) 3322-0500 Fax: (19) 3322-0559	Responsável 2º trim, 3º trim e 4º trim: Sr. José Antonio de A. Navarrete CPF: 120.817.178-08 E-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com Endereço: Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º e 3º andares - Nova Campinas, 13092-123, Campinas/SP Telefone: (19) 3322-0500 Fax: (19) 3322-0559 Responsável 1º trim: Sr. Mauricio Cardoso de Moraes CPF.: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com Endereço: Av. Antônio Diederichsen, 400 - 21º andar, conj. 1 a 6, CEP.: 14020-250, Ribeirão Preto/SP Telefone: (16) 2133-6600 Fax: (16) 2133-6685
c) Data da contratação dos serviços	19 de agosto de 2016	16 de outubro de 2015	16 de julho de 2014
d) Descrição dos serviços contratados	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de março de 2017 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2016, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês.	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de março de 2016 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2015, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês.	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de março de 2015 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2014, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês.
e) Substituição do auditor	Não houve substituição do auditor	Não houve substituição do auditor	Sim
i) Justificativa da substituição			Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 308/99
ii) Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição	Não há	Não há	Não há

Montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados: Serviços de auditoria: R$ mil 1.450,7 - Outros serviços: R$ mil 307,5. A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), através de sua filial localizada em Campinas – SP, foi contratada para prestar dos serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativa ao exercício findo em 31 de março de 2017 e revisões das informações financeiras relativas aos trimestres findos em 31 de dezembro e 30 de setembro e 30 de junho de 2016. Adicionalmente a EY foi contratada para o serviço de revisão/diagnostico da qualidade de dados referentes aos campos pertencentes ao e-Social, com objetivo de emissão de recomendações de melhorias e oportunidades. Os honorários relativos a esse serviço totalizaram R$ 55.585,04. A EY também foi contratada para revisão das informações contábeis e financeiras apresentadas no Prospecto da Oferta relativo à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Os honorários referentes à este serviço totalizaram R$ 251.894,04. Sendo assim, os outros serviços totalizaram-se 27,34% do total de serviços de auditoria externa/revisão. Politica ou procedimentos adotados pela Companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perde de independência ou objetividade de seus auditores independentes: A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Resumo da justificativa apresentada pelo auditor à administração do emissor sobre os motivos pelo qual entendeu que a prestação de outros serviços não afetava a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa: Para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, a São Martinho se pauta no seu Código de Ética e nas boas práticas de governança corporativa, sendo a contratação dos demais serviços atribuição da Diretoria e a dos auditores independentes do Conselho de Administração. A administração da Companhia e nossos auditores externos, Ernst & Young, entendem que sua independência não está prejudicada, porque a São Martinho é responsável por todas as decisões que foram ou deverão ser tomadas, e a Ernst & Young não assumirá responsabilidades como empregado ou administrador da Companhia, e que o objeto do trabalho não tem relacionamento com os sistemas financeiros ou contábeis. Confirmam que atuam como auditores independentes da São Martinho no âmbito do disposto na legislação societária brasileira, na regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade e da Comissão de Valores Mobiliários no Brasil. Adicionalmente, confirmam que sua política de atuação junto aos seus clientes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se definem internacionalmente em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Balanço Patrimonial em 31 de março de 2017 e 2016 - Em milhares de reais

		Controladora			Consolidado		
ATIVO	Nota	31 de março de 2017	31 de março de 2016 Reapresentado	1º de abril de 2015 Reapresentado	31 de março de 2017	31 de março de 2016 Reapresentado	1º de abril de 2015 Reapresentado
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	5	142.020	266.343	989.690	142.454	266.659	1.020.112
Aplicações financeiras	5	548.611	641.236	-	1.029.113	706.487	-
Contas a receber de clientes	6	135.972	76.706	141.601	168.868	86.419	156.317
Instrumentos financeiros derivativos	22	172.917	145.701	221.797	172.917	145.701	221.797
Estoques e adiantamento a fornecedores	7	189.917	222.629	167.121	256.574	229.250	177.443
Ativos biológicos	11	437.656	470.241	351.161	586.362	470.241	351.161
Tributos a recuperar	8	84.653	57.634	102.213	102.310	58.423	102.821
Imposto de renda e contribuição social	19	10.081	113.757	64.278	11.159	113.758	64.633
Dividendos a receber	9	7.661	-	-	-	-	-
Outros ativos		9.620	15.339	6.507	12.293	15.548	6.476
TOTAL DO CIRCULANTE		1.739.108	2.009.586	2.044.368	2.482.050	2.092.486	2.100.760
NÃO CIRCULANTE							
Aplicações financeiras	5	532	492	478	24.667	5.423	5.723
Estoques e adiantamento a fornecedores	7	74.978	62.309	49.607	88.766	62.309	49.607
Partes relacionadas	9	4.623	2.996	1.280	3.867	1.000	34
Instrumentos financeiros derivativos	22	27	43.243	-	27	43.243	-
Contas a receber de clientes	6	-	-	561	25.810	21.855	8.049
Valores a receber da Copersucar		9.355	6.324	1.669	9.355	6.324	1.669
Tributos a recuperar	8	94.961	110.158	75.712	106.518	110.195	75.860
Imposto de renda e contribuição social	19	124.285	-	-	124.285	-	-
Depósitos judiciais	21	24.707	27.570	26.587	32.423	30.300	27.927
Outros ativos		439	498	518	439	498	518
		333.907	253.590	156.412	416.157	281.147	169.387
Investimentos	10	2.772.664	2.329.787	2.246.169	31.184	513.233	433.698
Imobilizado	12	2.534.563	2.321.124	2.234.183	5.288.550	4.004.469	3.940.728
Intangível	13	394.877	397.352	396.280	473.942	489.557	500.541
		5.702.104	5.048.263	4.876.632	5.793.676	5.007.259	4.874.967
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.036.011	5.301.853	5.033.044	6.209.833	5.288.406	5.044.354
TOTAL DO ATIVO		7.775.119	7.311.439	7.077.412	8.691.883	7.380.892	7.145.114

		Controladora			Consolidado		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31 de março de 2017	31 de março de 2016 Reapresentado	1º de abril de 2015 Reapresentado	31 de março de 2017	31 de março de 2016 Reapresentado	1º de abril de 2015 Reapresentado
CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	14	1.175.682	667.015	868.879	1.499.583	670.559	872.419
Instrumentos financeiros derivativos	22	76.097	196.664	232.711	76.097	196.664	232.711
Fornecedores	15	103.122	119.128	101.866	138.923	113.907	95.476
Obrigações com a Copersucar	16	8.583	21.875	2.040	8.583	21.875	2.040
Salários e contribuições sociais		96.494	97.584	83.942	121.664	98.231	84.373
Tributos a recolher		11.500	12.049	11.793	20.478	15.570	13.235
Imposto de renda e contribuição social	19	-	-	725	4.471	916	1.511
Dividendos a pagar	17	74.243	53.164	67.939	74.243	53.164	67.939
Adiantamentos de clientes		2.702	1.206	4.462	4.174	1.298	3.197
Aquisição de participações societárias	9 e 31	11.958	17.937	17.507	11.958	17.937	17.507
Outros passivos		17.714	17.252	23.226	28.659	26.591	29.485
TOTAL DO CIRCULANTE		1.578.095	1.203.874	1.415.090	1.988.833	1.216.712	1.419.893
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	14	1.998.712	2.820.182	2.347.783	2.219.477	2.836.628	2.367.660
Instrumentos financeiros derivativos	22	5	65.625	-	5	65.625	-
Obrigações com a Copersucar	16	237.602	237.166	279.584	237.602	237.166	279.584
Tributos parcelados		14.614	15.419	16.267	14.614	15.419	16.267
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	413.020	192.538	272.884	663.143	230.173	314.383
Provisão para contingências	21	66.577	58.295	54.360	101.715	60.643	55.430
Aquisição de participações societárias	9 e 31	50.130	61.750	78.815	50.130	61.750	78.815
Outros passivos		13.044	9.993	10.927	13.044	10.179	11.380
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.793.704	3.460.968	3.060.620	3.299.730	3.517.583	3.123.519
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17						
Capital social		1.494.334	931.340	812.992	1.494.334	931.340	812.992
Redutora de capital		(55.662)	-	-	(55.662)	-	-
Reserva de capital		10.057	10.531	9.119	10.057	10.531	9.119
Ações em tesouraria		(92.134)	(26.613)	(7.375)	(92.134)	(26.613)	(7.375)
Opções de ações outorgadas		8.284	4.753	5.079	8.284	4.753	5.079
Ajustes de avaliação patrimonial		1.432.243	1.295.698	1.405.708	1.432.243	1.295.698	1.405.708
Reservas de lucros		606.198	432.656	390.561	606.198	432.656	390.561
Prejuízos acumulados		-	(1.768)	(14.382)	-	(1.768)	(14.382)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.403.320	2.646.597	2.601.702	3.403.320	2.646.597	2.601.702
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.775.119	7.311.439	7.077.412	8.691.883	7.380.892	7.145.114

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 - Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2017	2016 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		283.867	206.946	283.867	206.946
Ajustes					
Depreciação e amortização	26	221.430	221.071	230.736	224.429
Ativos biológicos colhidos	26	387.632	381.517	401.134	381.517
Variação no valor justo de ativos biológicos	11	41.801	(49.248)	25.456	(49.248)
Amortização de intangível		1.002	548	8.311	9.937
Resultado de equivalência patrimonial	10	(175.951)	(241.990)	(87.365)	(74.250)
Ganho de capital em investimento controlado em conjunto		-	-	(3.241)	(3.531)
Resultado apurado em compra vantajosa/ Remensuração de participação	27	(142.582)	-	(142.582)	-
Resultado de investimento e imobilizado baixados	12	2.410	1.455	2.825	1.455
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		182.268	322.538	176.716	318.273
Instrumentos financeiros derivativos		230.637	144.307	230.637	144.307
Constituição de provisão para contingências, líquidas	21.1	5.643	11.519	(2.871)	12.796
Imposto de renda e contribuição social	19 (b)	47.969	(42.597)	129.778	(40.438)
Ajuste a valor presente e outros		6.368	5.537	9.530	3.758
Resultado de venda de participação societária		-	(2.027)	-	(2.027)
		1.092.494	959.576	1.262.931	1.133.924
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(73.359)	52.074	(4.957)	37.820
Estoques		25.546	(89.340)	62.229	(82.737)
Tributos a recuperar		(22.034)	(30.770)	(32.615)	(30.245)
Instrumentos financeiros derivativos		(61.845)	(82.586)	(61.845)	(82.586)
Aplicações financeiras		-	-	-	963
Outros ativos		(16.405)	(8.850)	(16.938)	(9.152)
Fornecedores		(19.075)	17.990	(27.755)	18.913
Salários e contribuições sociais		(1.116)	13.643	147	13.858
Tributos a recolher		(8.246)	(3.473)	(6.953)	3.332
Obrigações Copersucar		(23.088)	(36.302)	(23.088)	(36.302)
Impostos parcelados		(1.169)	(2.012)	(1.169)	(2.012)
Provisão para contingências - liquidações	21.1	(8.330)	(17.595)	(9.010)	(17.595)
Outros passivos		28.118	(9.230)	22.380	(2.931)
Caixa proveniente das operações		911.491	763.125	1.163.357	945.250
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(206.025)	(187.177)	(208.335)	(188.616)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(5.700)	(6.991)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		705.466	575.948	949.322	749.643
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicação de recursos em investimentos	31	(26.869)	(27.740)	(27.646)	(28.449)
Adições ao imobilizado e intangível		(334.178)	(275.067)	(357.067)	(279.483)
Adições ao ativo imobilizado (plantio e tratos)	11	(499.911)	(449.437)	(516.704)	(449.437)
Aplicações financeiras		142.389	(641.237)	82.068	(706.487)
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	12	3.235	2.743	4.269	12.333
Caixa e equivalentes de caixa incorporado de controlada	10.2 (b)	1.362	-	1.362	-
Ganho no caixa e equivalentes de caixa por mudança de participação societária em investida		-	-	53	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		(3.622)	(1.750)	(2.867)	(1.000)
Dividendos recebidos		135.271	140.285	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(582.323)	(1.252.203)	(816.532)	(1.452.523)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de financiamentos - terceiros	14	768.823	1.023.010	768.924	1.023.010
Amortização de financiamentos - terceiros	14	(894.362)	(980.887)	(903.992)	(984.368)
Compra de ações em tesouraria	17 (b)	(68.232)	(31.904)	(68.232)	(31.904)
Alienação de ações em tesouraria	17 (f)	1.689	10.627	1.689	10.627
Pagamento de dividendos		(55.384)	(67.938)	(55.384)	(67.938)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(247.466)	(47.092)	(256.995)	(50.573)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(124.323)	(723.347)	(124.205)	(753.453)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	266.343	989.690	266.659	1.020.112
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	142.020	266.343	142.454	266.659
Informações adicionais					
Saldos em aplicações financeiras	5	548.611	641.236	1.029.113	706.487
Total de recursos disponíveis	5	690.631	907.579	1.171.567	973.146

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais

Controladora e consolidado	2017	2016 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	283.867	206.946
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Movimento no exercício:		
Variação do valor justo		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(24.845)	(52.740)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	168.385	(74.845)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	196.726	(106.332)
Contratos de *Swap*	11	875
	340.277	(233.042)
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	183.076	(227.874)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(113.632)	216.051
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	112.158	94.318
	181.602	82.495
Baixa por inefetividade		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	2.410	(8.729)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(1.262)	19.575
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	-	11.216
Contratos de *Swap*	104	-
	1.252	22.062
Total movimento no exercício		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	160.641	(289.343)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	53.491	160.781
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	308.884	(798)
Contratos de *Swap*	115	875
Tributos diferidos sobre os itens acima	(177.863)	43.685
	345.268	(84.800)
Resultado abrangente do exercício	629.135	122.146

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2017	2016 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado
Receitas	25	2.453.136	2.213.679	2.609.519	2.338.730
Custo dos produtos vendidos	26	(1.932.594)	(1.736.886)	(1.926.210)	(1.694.804)
Lucro bruto		520.542	476.793	683.309	643.926
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	26	(98.868)	(101.832)	(101.941)	(103.601)
Despesas gerais e administrativas	26	(146.494)	(131.226)	(147.813)	(136.687)
Resultado de equivalência patrimonial	10	175.951	241.990	87.365	74.250
Outras receitas, líquidas	27	143.936	5.210	147.963	8.972
		74.525	14.142	(14.426)	(157.066)
Lucro operacional		595.067	490.935	668.883	486.860
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		96.412	88.025	114.055	105.139
Despesas financeiras		(307.935)	(276.403)	(317.180)	(278.432)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		3.306	(73.473)	2.901	(73.473)
Derivativos		(55.014)	(47.456)	(55.014)	(47.456)
		(263.231)	(309.307)	(255.238)	(294.222)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		331.836	181.628	413.645	192.638
Imposto de renda e contribuição social	19(b)				
Do período		(6.871)	(17.279)	(14.148)	(26.130)
Diferidos		(41.098)	42.597	(115.630)	40.438
Lucro líquido do exercício		283.867	206.946	283.867	206.946
Lucro básico por ação (em reais)	29	0,842	0,611		
Lucro diluído por ação (em reais)	29	0,840	0,609		

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2017 E 2016 - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias e produtos	2.546.183	2.288.653	2.720.939	2.431.918
Receita referente a construção de ativos próprios	551.318	584.663	584.974	584.663
Outras receitas	2.980	5.436	4.415	5.667
	3.100.481	2.878.752	3.310.328	3.022.248
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.022.524)	(908.073)	(995.697)	(863.370)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(570.614)	(476.674)	(605.951)	(491.553)
	(1.593.138)	(1.384.747)	(1.601.648)	(1.354.923)
Valor adicionado bruto	1.507.343	1.494.005	1.708.680	1.667.325
Depreciação e amortização	(221.430)	(221.071)	(230.736)	(224.429)
Ativos biológicos colhidos	(387.632)	(381.517)	(401.134)	(381.517)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	898.281	891.417	1.076.810	1.061.379
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	175.951	241.990	87.365	74.250
Receitas financeiras	712.425	982.703	730.254	999.817
Outras	141.786	5	145.090	3.536
Valor adicionado total a distribuir	1.928.443	2.116.115	2.039.519	2.138.982

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	389.774	413.736	389.170	413.884
Benefícios	121.950	127.955	127.214	128.604
FGTS	35.340	37.077	36.431	37.089
Honorários dos administradores	23.622	15.286	24.857	16.599
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	102.257	21.326	195.853	39.459
Estaduais	1.990	547	2.723	814
Municipais	695	614	731	930
Financiadores				
Juros	281.942	263.996	290.890	266.019
Aluguéis	2.505	1.908	2.533	1.907
Variações cambiais	488.118	677.810	488.523	677.810
Outras	196.383	348.914	196.727	348.921
Dividendos	67.419	53.164	67.419	53.164
Lucros retidos do exercício	216.448	153.782	216.448	153.782
Valor adicionado distribuído	1.928.443	2.116.115	2.039.519	2.138.982

continua...

SÃO MARTINHO S.A. - CNPJ/MF nº 51.466.860/0001-56 - NIRE 35 300 010 485

Balanço Patrimonial em 31 de março de 2017 e 2016 - Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 - Em milhares de reais

							Ajustes de avaliação patrimonial									
							Deemed cost							Reserva de lucros		
	Nota	Capital social	Redutora de capital	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Opções outorgadas	Própria	De investidas	*Hedge accounting*	Legal	Orçamento de capital	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de abril de 2015 (reapresentado)		812.992	-	9.119	(7.375)	5.079	213.472	1.505.044	(312.808)	46.230	251.983	92.348	-	-	(14.382)	2.601.702
Aumento de capital com reservas	17 (a)	118.348	-	-	-	-	-	-	-	-	(118.348)	-	-	-	-	-
Realização de mais-valia de deemed cost	17 (c)	-	-	-	-	-	(15.075)	(4.200)	-	-	-	-	-	-	19.275	-
Redução de capital com bens na Vale do Mogi		-	-	-	-	-	17.457	(17.457)	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de tributo diferido (redução de capital na Vale do Mogi)		-	-	-	-	-	(5.935)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.935)
Realização de reserva de lucros mediante pagamento de dividendos	17 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.010)	-	-	-	(7.010)
Resultado líquido com derivativos - *hedge accounting*	17 (c)	-	-	-	-	-	-	-	(84.800)	-	-	-	-	-	-	(84.800)
Aquisição de ações de emissão própria	17 (b)	-	-	-	(31.904)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.904)
Opções de ações outorgadas	17 (f)	-	-	-	-	3.125	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.125
Opções de ações exercidas	17 (f)	-	-	1.412	12.666	(3.451)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.627
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206.946	206.946
Destinação do lucro:																
Constituição de reservas	17 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	9.717	157.736	-	-	-	(167.453)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(46.154)	(46.154)
Em 31 de março de 2016 (reapresentado)	17	931.340	-	10.531	(26.613)	4.753	209.919	1.483.387	(397.608)	55.947	291.371	85.338	-	-	(1.768)	2.646.597
Aumento de capital com reservas	17 (a)	133.632	-	-	-	-	-	-	-	-	(133.632)	-	-	-	-	-
Aumento patrimonial por contraprestação transferida	10.2	429.362	(55.662)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86.106	-	-	459.806
Constituição de tributo diferido	19 (b)	-	-	-	-	-	(1.521)	(191.771)	-	-	-	-	-	-	-	(193.292)
Realização de mais-valia de deemed cost	17 (c)	-	-	-	-	-	(14.541)	(890)	-	-	-	-	-	-	15.431	-
Redução de capital com bens na Vale do Mogi		-	-	-	-	-	4.474	(4.474)	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reserva de lucros mediante pagamento de dividendos	17 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.823)	-	-	-	(6.823)
Dividendos adicionais do exercício anterior	17 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.220)	-	-	-	-	(2.220)
Resultado líquido com derivativos - *hedge accounting*	17 (c)	-	-	-	-	-	-	-	345.268	-	-	-	-	-	-	345.268
Aquisição de ações de emissão própria	17 (b)	-	-	-	(68.232)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(68.232)
Constituição de reserva de incentivos fiscais - Reflexa	17 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.885)	-	87.695	-	(42.810)	-
Opções de ações outorgadas	17 (f)	-	-	-	-	4.079	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.079
Opções de ações exercidas	17 (f)	-	-	(474)	2.711	(548)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.689
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	283.867	283.867
Destinação do lucro:																
Constituição de reservas	17 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	14.193	147.350	-	-	-	(161.543)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(67.419)	(67.419)
Dividendos adicionais	17 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.758	(25.758)	-
Em 31 de março de 2017	17	1.494.334	(55.662)	10.057	(92.134)	8.284	198.331	1.286.252	(52.340)	70.140	257.984	78.515	173.801	25.758	-	3.403.320

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional A São Martinho S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pradópolis, no estado de São Paulo, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto (conjuntamente, "Grupo") têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração de empreendimentos imobiliários; exploração agrícola; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades. Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 30% de fornecedores terceiros. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e termina em dezembro, gerando flutuações nos estoques da Companhia. O fornecimento de matéria-prima pode sofrer impacto de condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia. A Companhia é controlada pela holding LJN Participações S.A. ("LJN"), com participação de 52,26% no capital votante. A LJN, por sua vez, é de propriedade das seguintes holdings familiares: Luiz Ometto Participações S.A., João Ometto Participações S.A. e Nelson Ometto Participações Ltda. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2017, foi aprovada a aquisição e incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A ("Nova Fronteira"), conforme detalhado na nota 10.2. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de administração da Companhia em 26 de junho de 2017.

2. Resumo das principais políticas contábeis 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: a) Demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). b) Demonstrações financeiras individuais da controladora. As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considera-los retorno dos investimentos realizados.Conforme divulgado na nota 10.2, em 23 de fevereiro de 2017, a Companhia adquiriu participação adicional na NF e a incorporou. A partir daquela data a Companhia passou a reconhecer 100% dos resultados da UBV como resultado de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras individuais e incluiu aquela controlada as suas demonstrações financeiras consolidadas. Por consequência a comparação entre valores das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2017 e o exercício anterior, fica prejudicada. **2.2 Base de consolidação e investimentos em controladas** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. Os saldos consolidados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2017 e 2016 incluem as seguintes empresas controladas:

	Participação no capital social (direta e indireta)		
Empresa	**2017**	**2016**	**Atividades principais**
Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S/A "Vale do Mogi")	100%	100%	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.
São Martinho Energia S.A. ("SME")	100%	100%	Cogeração de energia elétrica.
Cia Bioenergética Santa Cruz 1 ("Bio")	100%	100%	Cogeração de energia elétrica.
São Martinho Inova S.A. ("SM Inova")	100%	100%	Participação em sociedades.
Landco Emprendimentos e Participações S.A. ("LandCo")	100%	100%	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola.
SPE - Residencial Recanto das Paineiras Empreendimentos Imobiliários Ltda ("SPE Paineiras") – controlada da Vale do Mogi	100%	100%	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
SPE - Park Empresarial Iracemápolis Ltda ("SPE Park") - controlada da Vale do Mogi	100%	100%	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
SPE - Residencial Limeira Ltda ("SPE Limeira") – controlada da Vale do Mogi	100%	100%	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário

	Participação no capital social (direta e indireta)		
Empresa	**2017**	**2016**	**Atividades principais**
SPE - Residencial Pradópolis Ltda ("SPE Pradópolis") - controlada da Vale do Mogi	100%	100%	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
SPE - Residencial Pradópolis II Ltda ("SPE Pradópolis II") - controlada da Vale do Mogi	100%	100%	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
São Martinho Logística e Participações S.A. ("SM Logística")	100%	100%	Armazenagem de produtos em geral
Usina Boa Vista S/A ("UBV")	100%	-	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação de etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica e exploração agrícola.

Os acordos de participações onde duas ou mais partes têm controle conjunto são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos sobre os ativos líquidos daquela entidade e as obrigações das partes dos acordos. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado do controle de um negócio, que só existe quando as decisões sobre as atividades relevantes da entidade requerem consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Estes investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras dos empreendimentos controlados em conjunto são preparadas para a mesma data-base de apresentação da Companhia. Em 31 de março de 2017 e 2016, a Companhia possuía as seguintes empresas controladas em conjunto:

	Participação no capital social		
Empresa	**2017**	**2016**	**Atividades principais**
Controladas em conjunto - diretas:			
Usina Santa Luiza S/A ("USL")	66,67%	66,67%	Serviços de armazenagem.
Nova Fronteira Bioenergia S.A. ("NF")	-	50,95%	Participação em sociedades do setor sucroenergético.
Controladas em conjunto - indiretas:			
Usina Boa Vista S/A ("UBV")	-	50,95%	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação de etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica e exploração agrícola.
SMBJ Agroindustrial S/A ("SMBJ")	-	50,95%	Exploração agrícola.

Conforme divulgado na nota 10.2 a NF foi incorporada e extinta e UBV passou a ser consolidada. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). **2.4 Conversão em moeda estrangeira** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas. **2.5 Instrumentos financeiros (i) Ativos Financeiros** Os ativos financeiros são classificados como (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e (ii) empréstimos e recebíveis. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação. **a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Estes ativos são contabilizados pelo valor justo e os custos da transação são debitados ao resultado. **b) Empréstimos e recebíveis** São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis ("transações com partes relacionadas"). Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. **c) Desreconhecimento (baixa)** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor. **d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** O Grupo avalia no final de cada exercício se há alguma evidência objetiva de que o ativo financeiro não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. **(ii) Passivos Financeiros** Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como empréstimos e financiamentos. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge* accounting. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*. **2.6 Combinações de negócios e ágio** Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação do Grupo no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa. O ágio correspondente a entidades consolidadas é apresentado na rubrica específica "Ágio" no balanço patrimonial consolidado. De acordo com o método patrimonial, o ágio para entidades consolidadas é incluído em "Investimentos em coligadas". Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida. Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas. Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é remensurado na data da aquisição a valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. **2.7 Arrendamentos** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. **2.8 Novas normas, interpretações e alterações adotadas pela Companhia – reapresentação** Alterações ao IAS 41 e IAS 16. A Companhia e sua subsidiária adotaram as alterações introduzidas no IAS 41 e IAS 16, vigentes a partir de 1 de abril de 2016 e mudou sua base para a determinação do valor justo de seus ativos biológicos e a sua apresentação nas demonstrações financeiras do Grupo. Como resultado da adoção desta norma, as principais mudanças para o Grupo são: - Plantas portadoras (*bearer plants*) agora são registradas pelo custo menos depreciação acumulada e *impairment*, em vez do valor justo menos custos de venda. - Plantas portadoras (*bearer plants*) e as suas amortizações relacionadas são agora classificadas em ativo imobilizado, em vez de ativos biológicos no ativo não circulante. - Cana em pé (safra em formação) agora são avaliadas pelo seu valor justo menos o custo de venda e classificados em ativos biológicos no ativo circulante em vez de ativos biológicos no ativo não circulante. Em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a mudança de política contábil foi aplicada retrospectivamente. Conforme permitido sob as regras de transição, o valor justo dessas plantas de 1 de abril de 2015 (saldo de abertura) foi considerado como o seu custo. A diferença entre o valor justo e o valor contábil anterior foi reconhecida em lucros (prejuízos) acumulados na transição. Os impactos da aplicação inicial destas alterações sobre os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e 1 de abril de 2015 (saldo de abertura), bem como para a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de março de 2016 estão demonstrados a seguir:

Balanço Patrimonial

	2016			1 de abril de 2015		
		Impacto das alterações			Impacto das alterações	
Controladora	**Publicado**	**IAS 41 IAS 16**	**Reapresentado**	**Publicado**	**IAS 41 IAS 16**	**Reapresentado**
ATIVO CIRCULANTE						
Ativos biológicos	-	470.241	470.241	-	351.161	351.161
Outros ativos circulante	1.539.345	-	1.539.345	1.693.207	-	1.693.207
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Investimentos	2.326.505	3.282	2.329.787	2.242.251	3.918	2.246.169
Ativos biológicos	1.072.806	(1.072.806)	-	936.241	(936.241)	-
Imobilizado	1.726.210	594.914	2.321.124	1.676.831	557.352	2.234.183
Outros ativos não circulante	650.942	-	650.942	552.692	-	552.692
TOTAL DO ATIVO	7.315.808	(4.369)	7.311.439	7.101.222	(23.810)	7.077.412
PASSIVO CIRCULANTE	1.203.874	-	1.203.874	1.415.090	-	1.415.090
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	195.139	(2.601)	192.538	282.312	(9.428)	272.884
Outros passivos não circulante	3.268.430	-	3.268.430	2.787.736	-	2.787.736
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	931.340	-	931.340	812.992	-	812.992
Reserva de capital	10.531	-	10.531	9.119	-	9.119
Ações em tesouraria	(26.613)	-	(26.613)	(7.375)	-	(7.375)
Opções outorgadas	4.753	-	4.753	5.079	-	5.079
Ajustes de avaliação patrimonial	1.295.698	-	1.295.698	1.405.708	-	1.405.708
Reserva de lucros	432.656	-	432.656	390.561	-	390.561
Prejuízos acumulados	-	(1.768)	(1.768)	-	(14.382)	(14.382)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	7.315.808	(4.369)	7.311.439	7.101.222	(23.810)	7.077.412
Consolidado						
ATIVO CIRCULANTE						
Ativos biológicos	-	470.241	470.241	-	351.161	351.161
Outros ativos circulante	1.622.245	-	1.622.245	1.749.599	-	1.749.599
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Investimentos	509.951	3.282	513.233	429.780	3.918	433.698
Ativos biológicos	1.072.806	(1.072.806)	-	936.241	(936.241)	-
Imobilizado	3.409.555	594.914	4.004.469	3.383.376	557.352	3.940.728
Outros ativos não circulante	770.704	-	770.704	669.928	-	669.928
TOTAL DO ATIVO	7.385.261	(4.369)	7.380.892	7.168.924	(23.810)	7.145.114
PASSIVO CIRCULANTE	1.216.712	-	1.216.712	1.419.893	-	1.419.893
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	232.774	(2.601)	230.173	323.811	(9.428)	314.383
Outros passivos não circulante	3.287.410	-	3.287.410	2.809.136	-	2.809.136
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	931.340	-	931.340	812.992	-	812.992
Reserva de capital	10.531	-	10.531	9.119	-	9.119
Ações em tesouraria	(26.613)	-	(26.613)	(7.375)	-	(7.375)
Opções outorgadas	4.753	-	4.753	5.079	-	5.079
Ajustes de avaliação patrimonial	1.295.698	-	1.295.698	1.405.708	-	1.405.708
Reserva de lucros	432.656	-	432.656	390.561	-	390.561
Prejuízos acumulados	-	(1.768)	(1.768)	-	(14.382)	(14.382)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	7.385.261	(4.369)	7.380.892	7.168.924	(23.810)	7.145.114

Demonstração do Resultado do exercício em 31 de março de 2016

	Publicado	Impacto das alterações IAS 41 IAS 16	Reapresentado
Controladora: Receitas	2.213.679	-	2.213.679
Custo dos produtos vendidos	(1.756.964)	20.078	(1.736.886)
Lucro bruto	456.715	20.078	476.793
Receitas (despesas) operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	242.627	(637)	241.990
Outras receitas e despesas operacionais	(227.848)	-	(227.848)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	471.494	19.441	490.935
Resultado financeiro	(309.307)	-	(309.307)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	162.187	19.441	181.628
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(17.279)	-	(17.279)
Diferido	49.423	(6.826)	42.597
Lucro líquido do exercício	194.331	12.615	206.946
Consolidado: Receitas	2.338.730	-	2.338.730
Custo dos produtos vendidos	(1.714.882)	20.078	(1.694.804)
Lucro bruto	623.848	20.078	643.926
Receitas (despesas) operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	74.887	(637)	74.250
Outras receitas e despesas operacionais	(231.316)	-	(231.316)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	467.419	19.441	486.860
Resultado financeiro	(294.222)	-	(294.222)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	173.197	19.441	192.638
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(26.130)	-	(26.130)
Diferido	47.264	(6.826)	40.438
Lucro líquido do exercício	194.331	12.615	206.946

Os impactos nas demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do Patrimônio Líquido e nas demonstrações do valor adicionado são decorrentes do ajuste no lucro líquido do exercício e os efeitos não são relevantes para a apresentação da reconciliação. Os ajustes demonstrados acima não provocaram efeitos nos totais das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos nas demonstrações de fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de março de 2016.

3. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB e Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC), mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos, quando aplicáveis, quando se tornarem vigentes. • IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros: Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. A norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras. • IFRS 15 (CPC 47) - Receita de contratos com clientes: A nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras. • IFRS 16 (CPC 06) - Leasing: Estabelece que os arrendamentos sejam reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras. • IAS 7 - Iniciativa de divulgação - Alterações à IAS 7 - as alterações à IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras. • IAS 12 Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas – Alterações à IAS 12 As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, as alterações fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras. • IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2 - O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações. Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras.

4. Principais usos de estimativas e julgamentos As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir: **(a) Perda (*impairment*) do ágio** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. **(b) Valor justo dos ativos biológicos** Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. **(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** O Grupo reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado. **(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos finan-**

continua...

ceiros O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente. A administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período. **(e) Provisão para contingências** O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(f) Combinação de negócios e aquisição de participação societária** A administração contratou peritos independentes para mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para determinação do *purchase pricing alocation* (PPA). As premissas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição. **(g) Benefícios fiscais de ICMS** Conforme descrito na Nota 17(d), a controlada UBV possui incentivos fiscais de ICMS concedido pelo governo estadual de Goiás. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em ações diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Administração da Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

		Controladora			Consolidado	
	Rendimentos*	2017	2016	Rendimentos*	2017	2016
Caixa e bancos - no Brasil		106	224		467	291
Caixa e bancos - no exterior (dólar norte-americano)		62.878	55.853		62.878	55.853
Aplicações financeiras - no Brasil						
• CDB	100,55%	67.037	38.197	100,55%	67.037	38.197
• Debêntures compromissadas	100,47%	11.999	172.069	100,45%	12.072	172.318
Total de caixa e equivalentes de caixa		142.020	266.343		142.454	266.659
Aplicações financeiras						
• Fundo de investimento	102,61%	548.611	641.236	101,86%	1.029.113	706.487
• Fundos - LFT *(i)*		-	-	100% SELIC	18.641	-
• Outros *(i)*		532	492	100,00%	6.026	5.423
Total de aplicações financeiras		549.143	641.728		1.053.780	711.910
No ativo não circulante		532	492		24.667	5.423
Total de recursos disponíveis		690.631	907.579		1.171.567	973.146

* Rendimentos atuais sobre variação do CDI - taxa média ponderada *(i)* Referido saldo está dado em garantia para operações de financiamento junto ao BNDES (Finem Direto) com restrição de resgate até o vencimento dos contratos.

6. Contas a receber de clientes As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Clientes mercado interno	63.121	32.880	121.827	64.448
Clientes mercado externo	72.851	43.826	72.851	43.826
	135.972	76.706	194.678	108.274
Ativo circulante	135.972	76.706	168.868	86.419
Ativo não circulante	-	-	25.810	21.855

Para os exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016, não foram identificadas pela administração a necessidade de constituição de provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa. O "*aging list*" das contas a receber está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer:	135.639	76.675	194.258	108.190
Vencidas e não provisionadas:				
acima de 31 dias	333	31	420	84
	135.972	76.706	194.678	108.274

Do saldo a receber, R$ 4.378 e R$ 228 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R$ 3.443 e R$ 171, Controladora e Consolidado em 31 de março de 2016, respectivamente) refere-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

7. Estoques e adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
Produtos acabados e em elaboração	59.544	65.957	77.368	65.957
Adiantamento - aquisição de produto	-	25.671	-	25.671
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	61.219	47.953	80.929	47.953
Adiantamentos - compras de insumos	24.035	31.041	30.142	31.041
Loteamentos - terras	-	-	6.398	6.621
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	45.119	52.007	61.737	52.007
	189.917	222.629	256.574	229.250
Não Circulante				
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	74.978	62.309	88.766	62.309
	74.978	62.309	88.766	62.309
	264.895	284.938	345.340	291.559

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. Os estoques de terrenos (Loteamentos) são apresentados pelo custo de aquisição acrescido de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*). O saldo classificado como "Loteamentos - terras" refere-se aos empreendimentos imobiliários SPE Paineiras, SPE Park, SPE Limeira e SPE Pradópolis. A Companhia firmou parcerias para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros (inclusive sob regime de parceria agrícola), cuja parte da entrega ocorrerá somente em exercícios futuros.

8. Tributos a recuperar A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
PIS / COFINS	55.651	26.616	59.205	26.655
ICMS	28.173	30.248	42.156	30.997
Outros	829	770	949	771
	84.653	57.634	102.310	58.423
Não Circulante				
PIS / COFINS	33.011	58.454	40.666	58.454
Reintegra	35.165	24.155	35.165	24.155
IOF sobre derivativos	7.676	7.027	7.676	7.027
ICMS	13.319	15.249	17.217	15.286
INSS	5.790	5.273	5.794	5.273
	94.961	110.158	106.518	110.195
	179.614	167.792	208.828	168.618

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações, ajustados a valor presente quando aplicável. A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	2017	
	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2018 a 31/03/2019	60.884	63.670
De 1º/04/2019 a 31/03/2020	9.010	10.581
De 1º/04/2020 a 31/03/2021	9.010	10.581
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	6.924	10.322
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	3.975	5.057
A partir de 1º/04/2023	5.158	6.307
	94.961	106.518

9. Partes relacionadas (a) Saldos da controladora e do consolidado:

	2017				2016			
Controladora e Consolidado	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Consolidadas nas demonstrações financeiras atuais:								
Vale do Mogi Empreend. Imobiliários S/A	6.813	-	2.101	-	100	-	5.012	-
Cia Bioenergética Santa Cruz 1	4	-	175	-	45	-	395	-
São Martinho - Energia S.A.	1.808	1	-	-	24	-	-	-
São Martinho Inova S.A.	-	755	-	-	-	1.996	-	-
Landco Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	1.528	-	-	-	-	-
Usina Boa Vista S/A	3.180	-	-	-	3.097	-	-	-
Outros	6	-	-	-	6	-	-	-
(A) Sub-total	11.811	756	3.804	-	3.272	1.996	5.407	-
Não consolidadas nas demonstrações financeiras atuais e relacionadas:								
Luiz Ometto Participações S.A. (nota 31)	-	-	11.958	50.130	-	-	12.045	61.750
Usina Boa Vista S/A	-	-	-	-	-	-	-	-
Usina Santa Luiza S/A	60	3.867	-	-	76	1.000	-	-
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	-	-	-	-	5	-	-	-
SMBJ Agroindustrial S/A	-	-	-	-	4	-	-	-
Outros	168	-	142	-	86	-	105	-
(B) Sub-total	228	3.867	12.100	50.130	171	1.000	12.150	61.750
TOTAL (A + B)	12.039	4.623	15.904	50.130	3.443	2.996	17.557	61.750
Dividendos	7.661	-	-	-	-	-	-	-
Demais contas a receber/contas a Pagar	4.378	4.623	15.904	50.130	3.443	2.996	17.557	61.750
Estoques - compras de cana-de-açúcar / arrendamento de terras								
De acionistas/partes relacionadas								
(C) Controladora	6.322	-	4.588	-	1.633	-	3.677	-
(D) Consolidado	-	-	125	-	-	-	-	-
Sub-total	6.322	-	4.713	-	1.633	-	3.677	-
TOTAL CONTROLADORA (A + B + C)	18.361	4.623	20.492	50.130	5.076	2.996	21.234	61.750
TOTAL CONSOLIDADO (B + C + D)	6.550	3.867	16.813	50.130	1.804	1.000	15.827	61.750

Os saldos no ativo circulante estão classificados em contas a receber, estoques e dividendos a receber no balanço patrimonial. O saldo no passivo circulante (classificado como fornecedores e aquisição de participação societária no balanço patrimonial) refere-se a compras e vendas de produtos e serviços entre a Companhia e suas investidas e relacionadas. Os saldos no ativo não circulante e passivo não circulante, referem-se à adiantamentos para futuro aumento de capital e à aquisição de participação societária (Nota 31), respectivamente. **(b) Transações significantes da Controladora e do Consolidado no exercício:**

	2017		2016	
Controladora e Consolidado	Receita de vendas	Despesas reembolsadas/ (Compras de produtos e serviços)	Receita de vendas	Despesas reembolsadas/ (Compras de produtos e serviços)
Consolidadas nas demonstrações financeiras atuais:				
Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S/A	-	(33.617)	-	(50.908)
Landco Empreendimentos e Participações S.A.	-	(23.870)	-	-
Cia Bioenergética Santa Cruz 1	3.185	(1.070)	3.872	(4.493)
São Martinho - Energia S.A.	6.278	283	5.601	293
Usina Boa Vista S/A	-	1.832	-	-
(A) Sub-total	9.463	(56.442)	9.473	(55.108)
Não consolidadas nas demonstrações financeiras atuais e relacionadas:				
(B) Usina Boa Vista S/A	-	14.366	-	14.651
Acionistas e partes relacionadas - compras de cana-de-açúcar / arrendamento de terras				
Controladora e Consolidado	2017 Receita de vendas	2017 Despesas reembolsadas/ (Compras de produtos e serviços)	2016 Receita de vendas	2016 Despesas reembolsadas/ (Compras de produtos e serviços)
(C) Controladora	-	(47.427)	-	(39.994)
(D) Consolidado	-	(31)	-	-
Sub-total	-	(47.458)	-	(39.994)
Total Controladora (A + B + C)	9.463	(89.503)	9.473	(80.451)
Total Consolidado (B + C + D)	-	(33.092)	-	(25.343)

As receitas de vendas referem-se à venda de vapor. Compras de produtos e serviços são provenientes de compra de cana-de-açúcar, energia elétrica e serviço de industrialização de vapor. As despesas reembolsadas por investidas referem-se a gastos incorridos com o centro de serviços compartilhados, com o Conselho de Administração e o escritório corporativo. Os rateios estão suportados por contratos celebrados entre as partes. Adicionalmente, as controladas Vale do Mogi, Bio e SME, anteciparam e distribuíram dividendos durante o exercício no montante de R$ 135.271 (2016-R$ 140.285). **(c) Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários, honorários e bônus	24.955	16.969	26.688	18.744
Contribuições previdenciárias e sociais	5.238	3.364	5.580	3.719
Outros	1.352	999	1.554	1.158
	31.545	21.332	33.822	23.621

As informações sobre o plano de Outorga de Opções de Compra de Ações aos diretores da Companhia, que não compõem a sua remuneração fixa ou variável, são apresentadas na Nota 17 (f). **10. Investimentos 10.1 Sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas** O saldo de investimentos da Controladora e Consolidado em outras sociedades é composto como segue:

				Controladora				Consolidado			
		Patrimônio líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
Empresa	% de participação (atual)	2017	2016 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado	2017	2016 Reapresentado
Classificados no Investimento											
Vale do Mogi Empreend. Imobiliários S.A.	100,00%	1.043.290	1.673.486	1.043.290	1.673.486	48.323	68.114	-	-	-	-
São Martinho - Energia S.A.	100,00%	19.735	23.819	19.735	23.819	17.923	58.597	-	-	-	-
São Martinho Inova S/A	100,00%	21.815	20.089	21.815	20.089	(270)	2.756	-	-	-	-
Landco Empreendimentos e Participações S.A. (iii)	100,00%	430.903	-	430.903	-	21.374	-	-	-	-	-
São Martinho Logística e Participações S.A.	100,00%	3.078	3.190	3.078	3.190	(113)	(113)	-	-	-	-
Usina Boa Vista S.A. (Nota 10.2)	100,00%	1.147.277	-	1.147.277	-	(31.738)	-	-	-	-	-
Nova Fronteira Bioenergia S.A. (Nota 10.2)	50,95%	-	958.013	-	488.107	89.838	74.849	-	488.107	89.838	74.849
Companhia Bioenergética Santa Cruz 1	100,00%	104.704	119.230	104.702	119.230	33.665	38.831	-	-	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)	5,41%	541.511	430.841	-	-	-	-	29.320	23.260	578	445
Outros		-	-	1.864	1.866	-	-	1.864	1.866	-	-
Total classificados no Investimento		3.312.313	3.228.668	2.772.664	2.329.787	179.002	243.034	31.184	513.233	90.416	75.294
Classificados no passivo não circulante											
SMA - Indústria Quimica S/A (ii)	50,00%	-	-	-	-	-	(109)	-	-	-	(109)
Usina Santa Luiza S.A. (i)	66,67%	(19.566)	(14.989)	(13.044)	(9.993)	(3.051)	(935)	(13.044)	(9.993)	(3.051)	(935)
Total classificados no passivo não circulante		(19.566)	(14.989)	(13.044)	(9.993)	(3.051)	(1.044)	(13.044)	(9.993)	(3.051)	(1.044)
Saldo final		3.292.747	3.213.679	2.759.620	2.319.794	175.951	241.990	18.140	503.240	87.365	74.250

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas. (i) Investidas não consolidadas, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas; (ii) Investimento alienado; (iii) A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2016, aprovou a cisão parcial da controlada Vale do Mogi para LandCo. A parcela cindida para LandCo refere-se a terras no montante de R$ 53.176. A atividade principal da LandCo é a exploração e comércio de produtos ligados a agricultura e participação em outras sociedades. O objetivo desta movimentação é a organização geográfica conforme o raio de atuação das unidades agroindustriais. **10.2 Aquisição e incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A.** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2017, foi aprovada a aquisição de 49,05% das ações da Nova Fronteira passando a Companhia a deter a totalidade das ações da investida. A mesma a assembleia aprovou a incorporação da adquirida e consequente extinção, que se justifica na medida em que a combinação dos ativos das partes sob uma única pessoa jurídica permitirá a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações das empresas envolvidas de forma a concentrar na Companhia todas as atividades envolvidas pela Nova Fronteira. Adicionalmente, a operação fortalece o posicionamento competitivo das Partes, reduzindo riscos para seus acionistas e permitindo uma geração de valor a longo prazo. A mencionada incorporação foi fundamentada no acervo líquido contábil da NF, apurados com base nos valores contábeis de 23 de Fevereiro de 2017, como apresentado abaixo:

Ativo	Acervo líquido incorporado	Passivo	Acervo líquido incorporado
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.362	Salários e contribuições sociais	27
Imposto de renda e contribuição social	1	Tributos a recolher	17
	1.363		44
Investimentos	1.133.019	**Total do Passivo**	44
		Total do acervo	
Total do Ativo	**1.134.382**	**líquido incorporado**	**1.134.338**

A partir da data de aquisição e incorporação, a Companhia passou a deter 100% das ações da UBV e a consolidar integralmente seus resultados em suas demonstrações financeiras consolidadas. Em contraprestação ao percentual adquirido a Companhia emitiu 24.023.708 ações próprias, as quais foram mensuradas para fins de reconhecimento da contraprestação transferida, com base na média ponderada das cotações das ações da Companhia no período de noventa dias anteriores a transação, totalizando R$ 459.806. O mencionado valor foi reconhecido no patrimônio líquido, sendo R$ 429.362 no Capital Social, R$ 86.106 como reserva de incentivo e R$ 55.662 devedor, à conta redutora de capital. Custos relacionados à aquisição de R$ 2.439 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas. Considerando se tratar de uma combinação de negócios, a administração contratou peritos independentes para a mensuração preliminar do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos *purchase pricing alocation* (PPA). A tabela a seguir demonstra os ativos e passivos a valor justo consolidado da adquirida, assim como o efeito do ganho por compra vantajosa a operação, reconhecido no resultado do exercício na conta de Outras receitas e despesas operacionais:

	Parcela existente 50,95%	Parcela adquirida 49,05%	Investimento total
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	720	694	1.414
Aplicações financeiras	175.061	168.533	343.594
Contas a receber	47.412	45.643	93.055
Estoques	60.473	58.217	118.690
Ativos biológicos	71.523	68.856	140.379
Tributos a recuperar	5.274	5.077	10.351
Outros ativos	1.424	1.371	2.795
	361.887	348.391	710.278
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	9.399	9.048	18.447
Estoques	6.710	6.459	13.169
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.332	24.387	49.719
Tributos a recuperar	4.338	4.176	8.514
Depósitos judiciais	2.091	2.013	4.104
Investimentos	760	732	1.492
Imobilizado	526.873	507.225	1.034.098
Intangível	(720)	(694)	(1.414)
	574.783	553.346	1.128.129
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	155.290	149.499	304.789
Fornecedores	24.525	23.611	48.136
Salários e contribuições sociais	11.865	11.422	23.287
Tributos a recolher	3.025	2.912	5.937
Imposto de renda e contribuição social	35	34	69
Adiantamentos de clientes	1.645	1.584	3.229
Outros passivos	2.704	2.601	5.305
	199.089	191.663	390.752
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	115.224	110.927	226.151
Provisão para contingências	20.976	20.194	41.169
	136.200	131.121	267.320
Valor total dos ativos e passivos da investida	601.381	578.953	1.180.334
Ganho por mais valia de investimento pre-existente e parcela adquirida	**(23.435)**	**(22.561)**	**(45.996)**
Investimento e patrimônio líquido aos valores contábeis	577.946	556.392	1.134.338
Contaprestação transferida		459.806	
Ganho por compra vantajosa		**(96.586)**	

A transação resultou em um ganho de compra vantajosa de R$ 96.586 (valor de mercado versus o PL na data da incorporação), e ganho da remensuração do investimento (PPA) da parcela adquirida (49,05%) e da parcela pré-existente (50,95%) no valor de R$ 45.996 mil, totalizando o efeito de R$ 142.582 no resultado do exercício na conta de Outras receitas e despesas operacionais. Na data da aquisição, o valor justo das contas a receber de clientes é de R$ 93.055, mesmo valor contratual. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente. Assim como não há contraprestação contingente na transação. Desde a data da aquisição, a UBV contribuiu para o consolidado com receitas de R$ 67.744 e lucro antes dos impostos de R$ 33.215. Caso a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas do consolidado totalizariam R$ 839.574, e o lucro líquido das operações seria de R$139.691.

11. Ativos biológicos Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol. A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

Controladora e Consolidado	2017	2016
Área total estimada de colheita (ha)	222.789	162.289
Produtividade prevista (ton/ha)	84,65	91,41
Quantidade de ATR por ton. de cana-de-açúcar (kg)	131,41	132,59
Preço médio projetado de ATR (R$)	0,6397	0,6277

Em 31 de março de 2017 a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 9,25% a.a. (9,88% a.a. em 31 de março de 2016). Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do exercício. A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

	Controladora	Consolidado 2017	Controladora e Consolidado 2016 Reapresentado
Custo histórico	458.098	458.098	388.266
Valor justo	12.143	12.143	(37.105)
Ativos biológicos em 31 de março	470.241	470.241	351.161
Movimentação:			
Aumentos decorrentes de tratos	321.119	329.552	252.512
Transferência do imobilizado	96.343	88.256	159.363
Variação no valor justo	(41.801)	(25.456)	49.248
Reduções decorrentes da colheita	(408.246)	(409.393)	(342.043)
Consolidação UBV - Custo Histórico	-	161.651	-
Consolidação UBV - Valor Justo	-	(28.489)	-
Saldo final de ativos biológicos:	437.656	586.362	470.241
Composto por:			
Custo histórico	467.313	628.164	458.098
Valor justo	(29.658)	(41.802)	12.143
Saldo final de ativos biológicos:	437.656	586.362	470.241

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras podem ser afetados, aumentados ou reduzidos. **(a) Compromissos com parceria agrícola e arrendamentos** A Companhia firmou contratos de parceria agrícola, renováveis ao seu término e com vigência entre seis e doze anos, para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de arrendamento para produção de cana-de-açúcar. Os valores a serem desembolsados em função destes contratos são determinados a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo CONSECANA e/ou conforme contrato celebrado entre as partes. Em 31 de março de 2017 e 2016, os pagamentos totais estimados (valor nominal) são:

	Controladora		Consolidado	
Parceria agrícola:	2017	2016	2017	2016
Menos de um ano	215.481	169.179	271.496	169.179
Mais de um ano e menos de cinco anos	693.041	513.821	871.817	513.821
Mais de cinco anos	601.786	414.064	816.531	414.064
	1.510.308	1.097.064	1.959.844	1.097.064
Arrendamentos:				
Menos de um ano	25.765	21.080	26.080	21.080
Mais de um ano e menos de cinco anos	87.766	67.171	89.025	67.171
Mais de cinco anos	94.565	74.040	97.098	74.040
	208.096	162.291	212.203	162.291

12. Imobilizado O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados. Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

Controladora	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Manutenção entressafra	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Outras imobilizações	Obras em andamento	Lavoura de cana-de-açúcar	Total
Saldos em 1º/04/2015 (reapresentado)	125.162	196.845	769.655	125.434	161.126	238.181	15.695	44.733	557.352	2.234.183
Aquisição	-	16	1.196	137.147	17.330	25.899	1.352	88.086	196.925	467.951
Custo da venda	-	-	(81)	-	(396)	(3.679)	(1)	-	-	(4.157)
Transferências entre grupos	-	22.540	55.354	-	1.213	2.250	994	(82.351)	-	-
Redução de Capital da Vale do Mogi	12.929	6.205	-	-	-	-	-	-	-	19.134
Transferência para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	(159.363)	(159.363)
Depreciação	-	(6.445)	(49.816)	(131.933)	(12.825)	(32.402)	(3.203)	-	-	(236.624)
Saldos em 31/03/2016 (reapresentado)	138.091	219.161	776.308	130.648	166.448	230.249	14.837	50.468	594.914	2.321.124
Custo total	138.091	249.309	1.049.558	131.427	217.828	349.146	52.714	50.468	594.914	2.833.455
Depreciação acumulada	-	(30.148)	(273.250)	(779)	(51.380)	(118.897)	(37.877)	-	-	(512.331)
Valor residual	138.091	219.161	776.308	130.648	166.448	230.249	14.837	50.468	594.914	2.321.124
Aquisição	13.942	-	1.170	170.880	12.562	32.261	1.194	101.717	217.354	551.080
Custo da venda	-	-	(6)	-	(1.854)	(3.778)	(7)	-	-	(5.645)
Transferências entre grupos	-	33.783	74.303	-	1.710	4.630	3.659	(118.085)	-	-
Redução de Capital da Vale do Mogi	4.487	-	-	-	-	-	-	-		4.487
Transferência para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	(96.343)	(96.343)
Depreciação	-	(7.288)	(52.569)	(131.040)	(13.656)	(32.456)	(3.131)	-	-	(240.140)
Saldos em 31/03/2017	156.520	245.656	799.206	170.488	165.210	230.906	16.552	34.100	715.925	2.534.563
Custo total	156.520	283.092	1.124.973	170.488	229.200	377.011	57.142	34.100	715.925	3.148.451
Depreciação acumulada	-	(37.436)	(325.767)	-	(63.990)	(146.105)	(40.590)	-	-	(613.888)
Valor residual	156.520	245.656	799.206	170.488	165.210	230.906	16.552	34.100	715.925	2.534.563

continua...

Controladora	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Manutenção entressafra	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Outras imobilizações	Obras em andamento	Lavoura de cana-de-açúcar	Total
Valores Residuais:										
Custo histórico	16.361	183.280	573.245	170.488	136.189	180.399	16.552	34.100	715.925	2.026.539
Mais-valia	140.159	62.376	225.961	-	29.021	50.507	-	-	-	508.024
Taxas médias anuais de depreciação	-	3%	6%	100%	7%	9%	9%	-	12%	-

Consolidado	Terras	Edificios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Manutenção entressafra	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Benfeitorias em imóveis de 3ºs	Outras imobilizações	Obras em andamento	Lavoura de cana-de-açúcar	Total
Saldos em 1º/04/2015 (reapresentado)	1.752.102	207.693	838.041	125.803	161.126	238.182	-	15.695	44.734	557.352	3.940.728
Aquisição	1.145	25	1.196	137.619	17.330	25.898	-	1.353	88.703	196.925	470.194
Custo da alienação	(118)	-	(81)	-	(396)	(3.679)	-	(1)	-	-	(4.275)
Transferências entre grupos	-	22.540	55.354	-	1.213	2.250	-	994	(82.351)	-	-
Transferência para estoque	(2.785)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.785)
Transferência para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(159.363)	(159.363)
Depreciação	-	(6.838)	(52.460)	(132.302)	(12.825)	(32.402)	-	(3.203)	-	-	(240.030)
Saldos em 31/03/2016 (reapresentado)	1.750.344	223.420	842.050	131.120	166.448	230.249	-	14.838	51.086	594.914	4.004.469
Custo total	1.750.344	255.545	1.131.545	131.899	217.828	349.146	-	52.715	51.086	594.914	4.535.022
Depreciação acumulada	-	(32.125)	(289.495)	(779)	(51.380)	(118.897)	-	(37.877)	-	-	(530.553)
Valor residual	1.750.344	223.420	842.050	131.120	166.448	230.249	-	14.838	51.086	594.914	4.004.469
Aquisição	13.942	-	1.216	189.599	13.649	32.284	-	1.261	106.172	227.814	585.937
Custo da alienação	(180)	-	(6)	-	(1.975)	(5.180)	-	(7)	-	-	(7.348)
Transferências entre grupos	-	33.849	77.020	-	1.710	4.639	-	3.733	(120.951)	-	-
Transferências Estoque para Vendas	(3.148)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.148)
Transferência para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(88.256)	(88.256)
Consolidação UBV	32.568	132.998	382.659	37.431	56.781	53.351	39.169	5.907	9.498	185.698	936.060
Mais Valia Valor Justo - Combinação de Negócios	14.755	14.706	42.213	-	4.132	29.449	-	-	-	-	105.255
Depreciação	-	(7.595)	(55.388)	(131.512)	(13.856)	(32.821)	(15)	(3.232)	-	-	(244.419)
Saldos em 31/03/2017	1.808.281	397.378	1.289.764	226.638	226.889	311.971	39.154	22.500	45.805	920.170	5.288.550
Custo total	1.808.281	464.756	1.750.040	226.638	322.855	516.813	88.623	68.587	45.805	920.170	6.212.568
Depreciação acumulada	-	(67.378)	(460.276)	-	(95.966)	(204.842)	(49.469)	(46.087)	-	-	(924.018)
Valor residual	1.808.281	397.378	1.289.764	226.638	226.889	311.971	39.154	22.500	45.805	920.170	5.288.550
Valores Residuais :											
Custo histórico	148.147	319.206	1.005.369	226.638	193.671	231.953	39.154	22.500	45.805	920.170	3.152.613
Mais-valia	1.660.134	78.172	284.395	-	33.218	80.018	-	-	-	-	2.135.937
Taxas médias anuais de depreciação	-	3%	5%	100%	7%	9%	11%	9%	-	12%	-

Em função de alguns empréstimos e financiamentos do Grupo, bens do ativo imobilizado no montante consolidado de R$ 1.170.699 encontram-se gravados em garantia dos credores, sendo que R$ 290.535 referem-se a imóveis rurais (8.778 hectares de terras). O Grupo capitalizou encargos financeiros no montante de R$ 3.166 no exercício findo em 31 de março de 2017 (31 de março de 2016 - R$ 2.177).

13. Intangível As relações contratuais têm vida útil definida e sua amortização é calculada com base na quantidade colhida de cana-de-açúcar durante o prazo do contrato com o parceiro ou fornecedor. Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. O ágio é testado anualmente para verificar tais perdas (*impairment*).

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ágio rentabilidade futura USL (i)	79.709	79.709	79.709	79.709
Ágio rentabilidade futura Mirtilo (i)	115.798	115.798	115.798	115.798
Ágio rentabilidade futura SC (i)	179.126	179.126	179.126	179.126
Software	25.789	22.927	28.488	22.927
Amortização acumulada	(18.280)	(14.796)	(20.782)	(14.796)
Direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	10.779	11.781	10.779	11.781
Direitos sobre contratos de energia (iii)	-	-	103.401	103.401
Direitos sobre contratos de energia-amortização (iii)	-	-	(27.560)	(14.225)
Outros ativos	1.956	2.807	4.983	5.836
	394.877	397.352	473.942	489.557

(i) Ágio relativo a combinação de negócios de anos anteriores de empresas incorporadas pela Companhia; (ii) Refere-se à aquisição de direito sobre contratos de parceria agrícola e fornecimento de cana-de-açúcar (2.281 hectares com prazo de exploração entre 2013 a 2017); (iii) Refere-se ao valor justo dos contratos de fornecimento de energia elétrica da Bio, vigentes até 2025. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros De acordo com as disposições do CPC 01 (IAS 36) – Redução ao Valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC. Em 31 de março de 2017, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ativos de longo prazo. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a unidade geradora de caixa atua. As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar e etanol, custos relacionados a energia e outros dados macroeconômicos. Principais premissas utilizadas pela Companhia:

	2017		2016	
Unidades Geradoras de caixa:	Unidade produtiva São Martinho e Iracema	Unidade produtiva Santa Cruz	Unidade produtiva São Martinho e Iracema	Unidade produtiva Santa Cruz
Taxa de crescimento médio da Receita Operacional Líquida	2,4%	3,0%	4,8%	4,7%
Taxa de crescimento nominal para perpetuidade	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%
Taxa de desconto	10,0%	10,0%	9,9%	9,9%

14. Empréstimos e financiamentos Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são nos respectivos vencimentos, demonstrados pelo valor amortizado.

	Encargos anuais		Controladora		Consolidado	
Modalidade	Taxa	Indexador	2017	2016	2017	2016
Em moeda nacional						
Nota de Crédito a exportação	100,55%	CDI	495.136	586.526	495.136	586.526
Nota de Crédito a exportação	14,82%	PRÉ	-	151.140	-	151.140
Linhas do BNDES	3,03%	TJLP	232.044	225.394	335.321	233.250
Linhas do BNDES	4,74%	PRÉ	338.570	345.786	500.334	357.920
Linhas do BNDES	4,08%	SELIC	3.196	22	3.989	22
Crédito rural	12,74%	PRÉ	275.445	64.569	343.493	64.569
Cédula de produto Rural	10,60%	PRÉ	-	-	162.147	-
Cédula de crédito industrial	11,50%	PRÉ	-	-	2.986	-
FINEP	4,00%	PRÉ	95.922	62.777	95.922	62.777
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a)	99,00%	PRÉ	349.462	-	349.462	-
Leasing			-	-	-	-
Outros créditos securitizados			41.826	51.530	41.826	51.530
Total em moeda nacional			1.831.601	1.487.744	2.330.616	1.507.734
Em moeda estrangeira						
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	3,09%	Variação cambial	741.329	1.154.991	741.329	1.154.991
Nota de Crédito a Exportação (NCE)	4,54%	Variação-cambial	584.487	678.989	584.487	678.989
Adiantamento Contrato de Câmbio (ACC)	2,10%	Variação-cambial	-	142.520	-	142.520
FINEM	6,74%	Cesta Moedas	16.977	22.953	62.628	22.953
Total em moeda estrangeira			1.342.793	1.999.453	1.388.444	1.999.453
TOTAL			3.174.394	3.487.197	3.719.060	3.507.187
Circulante			1.175.682	667.015	1.499.583	670.559
Não Circulante			1.998.712	2.820.182	2.219.477	2.836.628

(a) Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA) No exercício findo em 31 de março de 2017 a Companhia concluiu a distribuição pública de 350.245 certificados de recebíveis do agronegócio emitidos pela Octante Securitizadora S.A. no montante total de R$ 350.245, com vencimento final de principal em 2019, pagamento de juros semestrais e custo de 99% do CDI. O recurso foi recebido pela Companhia em 27 de julho de 2016. O montante apresentado está líquido de gastos com comissões para emissão de debêntures no montante de R$ 8.710, os quais estão sendo apropriados no resultado mensalmente com base na taxa efetiva da operação. Na tabela a seguir, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício:

	Controladora		Consolidado	
Movimentação da dívida	2017	2016	2017	2016
Saldo anterior	3.487.197	3.216.662	3.507.187	3.240.079
Captação de financiamentos	768.823	1.023.010	768.924	1.023.010
Amortização de principal	(894.362)	(980.887)	(903.992)	(984.368)
Amortização de juros	(206.025)	(187.177)	(208.335)	(188.616)
Atualização monetária	228.937	204.729	234.105	206.222
Variação cambial	(210.176)	210.860	(209.769)	210.860
Consolidação Usina Boa Vista	-	-	530.940	-
	3.174.394	3.487.197	3.719.060	3.507.187

Algumas operações contratadas em moeda estrangeira estão atreladas a contratos de swap para Reais, portanto não estão expostas a variação cambial. Adicionalmente, algumas operações contratadas em moeda nacional estão atreladas a contratos de *swap* para Dólar norte-americano, logo, estão expostas a variação cambial. Abaixo, detalhamento sobre operações atreladas a contratos de *swap* cambial:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Operações em moeda estrangeira, atreladas a *swap* para moeda nacional	232.268	399.831	232.268	399.831
Operações em moeda nacional	1.770.219	1.365.038	2.269.234	1.385.028
Total em moeda nacional	2.002.487	1.764.869	2.501.502	1.784.859
Operações em moeda nacional, atreladas a *swap* para moeda estrangeira	61.382	122.706	61.382	122.706
Operações em moeda estrangeira	1.110.525	1.599.622	1.156.176	1.599.622
Total em moeda estrangeira	1.171.907	1.722.328	1.217.558	1.722.328
TOTAL	3.174.394	3.487.197	3.719.060	3.507.187

Dos contratos em moeda estrangeira, R$ 46.992 dos contratos de Pré Pagamento de Exportação (PPE) e R$ 30.877 das notas de crédito exportação (NCEs) estão atrelados a contratos de *swap* de libor para taxa pré-fixada. Dos contratos em moeda nacional, R$ 185.211 das Cédulas de Crédito Bancário (Linha Rural Livre) estão atrelados a contratos de *swap* de taxa pré-fixada para percentual do CDI. Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo têm a seguinte composição de vencimento:

	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2018 a 31/03/2019	533.209	626.208
De 1º/04/2019 a 31/03/2020	954.554	1.003.083
De 1º/04/2020 a 31/03/2021	321.094	355.925
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	82.280	111.364
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	50.066	65.294
De 1º/04/2023 a 28/02/2030	57.509	57.603
	1.998.712	2.219.477

Em 31 de março de 2017, R$ 1.213.245 da dívida da São Martinho está onerada, sendo 48% em equipamentos, 29% em recebíveis, 16% terras e 7% outros. ***Covenants*** A Companhia possui cláusulas contratuais restritivas no montante de R$ 790.764, as quais são exigidas e apuradas anualmente, estando em conformidade no exercício findo em 31 de março de 2017.

15. Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cana-de-açúcar	58.206	64.322	76.377	59.311
Materiais, serviços e outros	44.916	54.806	62.546	54.596
	103.122	119.128	138.923	113.907

Do total a pagar para fornecedores, R$ 8.534 na Controladora e R$ 142 no Consolidado (em 31 de março de 2016 - R$ 9.189 na Controladora e R$ 105 no Consolidado) refere-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

16. Obrigações e Direitos com a Copersucar No processo de desligamento da Copersucar, a Companhia celebrou um contrato prevendo direitos e obrigações que ainda perduram. As principais obrigações e direitos seguem reportados abaixo: **(a) Obrigações:** A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação da Companhia, para financiamento de suas operações, mediante Letras de câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa referente a sobras de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão da exigibilidade de tributos. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. Entretanto, na eventualidade de perda dos processos judiciais, a Companhia poderá ser requerida a devolver o valor em um prazo de até 120 dias. Os principais valores contidos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa e de passivos tributários contidos no REFIS Copersucar, conforme abaixo indicado.

Controladora e Consolidado	2017	2016
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	99.705	105.028
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	87.311	83.591
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	48.547	48.547
Despesas com processos tributários	8.583	19.836
Outros	2.039	2.039
Total	246.185	259.041
Passivo circulante	8.583	21.875
Não circulante	237.602	237.166

A totalidade das obrigações da Companhia com a Copersucar está garantida por fianças bancárias. Adicionalmente, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia, é responsável pelo pagamento de obrigações, proporcionalmente à sua participação em safras anteriores na Copersucar, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia era cooperada. A Copersucar possui autuações com relação a ICMS incidente sobre as vendas de etanol carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008, cuja parcela atribuída a Companhia seria de R$ 237.222 (valores estimados e atualizados até 31 de março de 2017). A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar o sucesso das defesas das multas que lhes foram impostas em tais autuações e seus consultores jurídicos avaliam referidas causas como de risco de perda possível. **(b) Direitos:** A Copersucar também é parte ativa de processos judiciais em que se discute a restituição/indébito de diversos tributos ou indenizações. A São Martinho, em virtude da sua condição de ex-cooperada, terá direito proporcional ao repasse desses eventuais créditos e informará o mercado no momento em que tais direitos se tornem líquidos e certos em favor da Companhia.

17. Patrimônio líquido (a) Capital social Em 31 de março de 2017 o capital social é de R$ 1.494.334 (em 31 de março de 2016 - R$ 931.340), e está dividido em 364.011.329 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2016, os acionistas aprovaram um aumento de capital no valor de R$ 133.632 com reserva de orçamento de capital, sem a emissão de novas ações.Em 09 de dezembro de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento das ações de emissão da Companhia, de modo que para cada ação ordinária foram emitidas e atribuídas ao seu titular duas novas ações ordinárias ficando com três ações no total, com os mesmos direitos e vantagens das pré-existentes, sem qualquer alteração do Capital Social que passou a ser dividido em 339.987.621 ações. Na mesma Assembleia, os acionistas aprovaram a alteração do limite do capital social autorizado, fixado em função da quantidade de ações, para ajustá-lo na mesma proporção do desdobramento de que trata o item anterior, passando de 124.000.000 ações ordinárias para 372.000.000 ações ordinárias. Em 23 de fevereiro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão de 24.023.708 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, a serem atribuídas aos acionistas da Nova Fronteira, em substituição às ações de sua propriedade. Adicionalmente foi aprovada a incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A. Referida movimentação justifica-se na medida em que a combinação dos ativos das Partes sob uma única pessoa jurídica permitirá a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações das empresas envolvidas de forma a concentrar na Companhia todas as atividades envolvidas pela Nova Fronteira, além de fortalecer o posicionamento competitivo das Partes, reduzindo riscos para seus acionistas e permitindo uma geração de valor a longo prazo. Em decorrência da Incorporação, a Nova Fronteira foi extinta e o capital social da Companhia foi aumentado, com a emissão de 24.023.708 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, as quais foram atribuídas aos acionistas da Nova Fronteira. O montante de R$ 55.662 reconhecido como redutora de capital, mencionado na nota 10.2, refere-se ao ajuste efetuado no valor da parcela adquirida (49,05%) do patrimônio líquido reconhecido na incorporação da Nova Fronteria, registrado aos valores contábeis para atender a legislação societária, para refletir o valor da contra prestação transferida na operação. **(b) Ações em tesouraria** A movimentação das ações em tesouraria no exercício findo em 31 de março de 2017 é demonstrada na tabela a seguir:

	Quantidade	Preço médio de aquisição*	Montante total
Ações em tesouraria em 31/03/2016	614.486	43,31	26.613
Aquisição de ações	3.127.868	21,81	68.232
Exercício de opções	(134.549)	20,14	(2.711)
Desdobramento de ações	1.823.712	-	-
Ações em tesouraria em 31/03/2017	5.431.517	16,96	92.134

* inclui custos adicionais na aquisição - em reais

Em 31 de março de 2017, o valor de mercado da totalidade dessas ações corresponde a R$ 93.857 (em 31 de março de 2016 – R$ 29.674) **(c) Ajustes de avaliação patrimonial • *Deemed cost*** Corresponde a mais valia de custo atribuído de terras, edificações e dependências, equipamentos e instalações industriais; veículos e máquinas e implementos agrícolas. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados". • **Valor justo de *hedge accounting*** Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embarques das operações correlatas. **(d) Reserva de lucros Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **Reserva para orçamento de capital** A reserva para orçamento de capital está destinada aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de julho de 2016, os acionistas aprovaram a destinação dos resultados do exercício findo em 31 de março de 2016, anteriormente classificados como reserva para orçamento de capital: R$ 2.220 destinados para pagamentos de dividendos adicionais e R$ 44.885 reclassificados para a rubrica de reserva de incentivos fiscais – reflexa, originado do investimento em conjunto com a NF, e o saldo remanescente de R$ 110.629 permanece como reserva para orçamento de capital. **Reserva de lucros a realizar** Refere-se a resultados não realizados, sendo composta da venda da participação detida na ABV, venda de imóveis decorrentes de empreendimentos imobiliários e resultados com equivalência patrimonial e ganho por mudança de participação acionária. No exercício findo em 31 de março de 2017, R$ 6.823 (R$ 7.010 em 31 de março de 2016) foram realizados e transferidos para a rubrica de dividendos a pagar. **Reserva de incentivos fiscais** A controlada UBV possui programa de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício pela UBV está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da UBV. O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal. O valor da subvenção apurado no exercício foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros (prejuízos) acumulados, no montante apurado da subvenção. O valor do incentivo que impactou o resultado da controlada UBV no exercício findo em 31 de março de 2017 foi de R$ 34.679. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de julho de 2016, os acionistas aprovaram a constituição da reserva de incentivos fiscais, efeito reflexo dos incentivos fiscais da UBV. **(e) Dividendos** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	2017	2016
		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	283.867	194.331*
Constituição de reserva legal - 5%	(14.193)	(9.717)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	269.674	184.614
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	67.419	46.154
Realização de reserva de lucros a realizar	6.823	7.010
Total dividendos	74.242	53.164
Dividendo por ação	0,2070	0,1572
Qtde de ações líquido de tesouraria - 31 de março	358.580	338.145

(*) não inclui os efeitos da reapresentação conforme detalhado na Nota 2.8. As quantidades de ações utilizadas no cálculo do dividendo por ação, para o exercício findo em 31 de março de 2016 foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações ocorrido em 9 de dezembro de 2016, mencionado na nota 17 (a). Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2017, foi proposta uma distribuição de dividendos no montante de R$ 25.758 (R$ 0,0718 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária. **(f) Plano de outorga de opção de compra de ações** Em 2009 foi emitido o plano de Outorga de Opções de Compra de Ações aos diretores da Companhia. A outorga de opções não excederá 2% do total de ações da Companhia e não poderá ultrapassar o limite máximo anual de 0,5% do total de ações do capital social. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2016, aprovou-se o 8º Plano de Opções de Compra de Ações. O regulamento do novo plano regerá todas as características dos demais já existentes na Companhia. Os saldos dos planos de opções de compra de ações emitidos e a movimentação das opções de ações em circulação, no exercício findo em 31 de março de 2017, estão demonstrados a seguir:

Plano	4° Plano	5° Plano	6° Plano	7° Plano	8° Plano	Total
Data de emissão do plano	17/12/2012	16/12/2013	15/12/2014	14/12/2015	12/12/2016	
Data limite para exercício (i)	2019	2020	2021	2022	2023	
Valor justo das opções (R$) (ii)	2,29 - 2,62	2,82 - 3,15	3,80 - 4,20	5,55 - 6,21	5,91 - 6,53	
Opções outorgadas (ii)	1.175.178	1.142.436	1.014.264	767.700	779.934	4.879.512
Opções exercidas (ii)	(844.790)	(383.373)	(58.230)	-	-	(1.286.393)
Opções de ações em circulação	330.388	759.063	956.034	767.700	779.934	3.593.119
Preço do exercício (ii)	8,37	9,13	12,04	15,87	17,70	

(i) As opções para cada um dos planos, poderão ser exercidas em três momentos: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite conforme estabelecido em cada plano; (ii) Dados relativos ao 4º, 5º, 6º e 7º planos, foram ajustados de maneira a refletir o desdobramento de ações mencionado na nota 17 (a). No exercício findo em 31 de março de 2017, foram exercidas opções de compra de 134.549 ações resultando no valor de R$ 1.690. O valor justo atribuído a estas opções foi determinado com base no modelo de precificação *Black & Scholes*. A Companhia reconheceu no exercício uma despesa de R$ 4.079 (31 de março de 2016 - R$ 3.125) com opções de ações. **(g) Reserva de capital** Refere-se à avaliação a valor de mercado das ações da Companhia emitidas no momento da troca de ações com os acionistas não controladores.

18. Programa de participação nos lucros e resultados A Companhia tem como política a administração do programa de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação nos exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi de R$ 38.695 e R$ 43.562, respectivamente, na Controladora.

19. Imposto de renda e contribuição social O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **(a) O imposto de renda e a contribuição social estão representados por:**

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
No ativo circulante - Saldo negativo de IRPJ e CSLL	10.081	113.757	11.159	113.758
No ativo não circulante - Saldo negativo de IRPJ e CSLL	124.285	-	124.285	-
No passivo circulante - Débitos correntes Imposto de renda e contribuição social, a pagar	-	-	4.471	916

(b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	2015 Reapresentado	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	2016 Reapresentado	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	2017
• Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	58.914	9.845	-	68.759	(19.833)	-	48.926
• Instrumentos financeiros derivativos	197.515	(10.902)	43.685	230.298	(11.854)	(177.863)	40.581
• Provisão para contingências	17.988	1.243	-	19.231	2.877	-	22.108
• Ativos biológicos e Produto agrícola (variação para o valor justo)	14.591	(17.226)	-	(2.635)	14.211	-	11.576
• Provisão para outras obrigações	18.461	(11.793)	-	6.668	846	-	7.514
• Outros Ativos	6.956	(4.638)	-	2.318	1.852	-	4.170
Total do IR e CS ativo	314.425	(33.471)	43.685	324.639	(11.901)	(177.863)	134.875
• Mais-valia de ativo imobilizado (*Deemed cost*)	(189.950)	12.046	(5.936)	(183.840)	11.995	(1.521)	(173.366)
• Depreciação acelerada incentivada	(190.863)	17.583	-	(173.280)	15.668	-	(157.612)
• Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(39.779)	(30.359)	-	(70.138)	(30.360)	-	(100.498)
• Ganho por compra vantajosa / mais valia PPA	-	-	-	-	(48.478)	-	(48.478)
• Variação Cambial	(118.299)	74.115	-	(44.184)	16.426	-	(27.758)
• Alienação de investimento com tributação diferida	(27.104)	2.710	-	(24.394)	2.711	-	(21.683)
• Financiamentos securitizados	(17.400)	(1.124)	-	(18.524)	1.499	-	(17.025)
• Ajuste a valor presente	(3.297)	999	-	(2.298)	954	-	(1.344)
• Outros passivos	(617)	98	-	(519)	388	-	(131)
Total do IR e CS passivo	(587.309)	76.068	(5.936)	(517.177)	(29.197)	(1.521)	(547.895)
Saldo do IR e CS Diferidos	(272.884)	42.597	37.749	(192.538)	(41.098)	(179.384)	(413.020)

Consolidado	2015	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	2016	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Consolidação UBV	Ajuste consolidação - Direitos sobre contratos energia	2017
• Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	58.914	9.845	-	68.759	(78.182)	-	62.877	-	53.454
• Instrumentos financeiros derivativos	197.515	(10.902)	43.685	230.298	(11.854)	(177.863)	-	-	40.581
• Provisão para contingências	17.988	1.243	-	19.231	2.690	-	1.974	-	23.895
• Ativos biológicos e Produto agrícola (variação para o valor justo)	14.591	(17.227)	-	(2.636)	8.654	-	190	-	6.208
• Participação de empregados no resultado e bônus	5.035	(4.528)	-	507	(2.605)	-	2.605	-	507
• Provisão para outras obrigações	18.461	(11.793)	-	6.668	846	-	-	-	7.514
• Outros Ativos	1.921	(110)	-	1.811	1.402	-	2.819	-	6.032
Total do IR e CS ativo	314.425	(33.472)	43.685	324.638	(79.049)	(177.863)	70.465	-	138.191
• Mais-valia de ativo imobilizado (Deemed cost)	(194.683)	12.223	(5.935)	(188.395)	12.178	(193.293)	(1.409)	-	(370.919)
• Depreciação acelerada incentivada	(190.863)	17.583	-	(173.280)	11.781	-	(19.300)	-	(180.799)
• Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(39.779)	(30.359)	-	(70.138)	(30.360)	-	-	-	(100.498)
• Ganho por compra vantajosa / mais valia PPA	-	-	-	-	(48.478)	-	-	-	(48.478)
• Variação Cambial	(118.299)	74.115	-	(44.184)	16.426	-	-	-	(27.758)
• Alienação de investimento com tributação diferida	(27.104)	2.710	-	(24.394)	2.711	-	-	-	(21.683)
• Financiamentos securitizados	(17.400)	(1.124)	-	(18.524)	1.499	-	-	-	(17.025)
• Ajuste a valor presente	(3.297)	999	-	(2.298)	954	-	-	-	(1.344)
• Outros passivos	(617)	98	-	(519)	233	-	-	-	(286)
• Ativo Intangivel	(36.766)	4.888	-	(31.878)	-	(525)	-	4.585	(27.818)
• Ganho por mudança de participação relativa CTC	-	(1.201)	-	(1.201)	(3.525)	-	-	-	(4.726)
Total do IR e CS passivo	(628.808)	79.932	(5.935)	(554.811)	(36.581)	(193.818)	(20.709)	4.585	(801.334)
Saldo do IR e CS Diferidos	(314.383)	46.460	37.750	(230.173)	(115.630)	(371.681)	49.756	4.585	(663.143)

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal. A Companhia reconhece os créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. Esta projeção é revisada anualmente e não ultrapassa dez anos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos, exceto pelos tributos diferidos passivos sobre mais valia de terras, que serão realizados se alienados. A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, apurada nos termos da instrução CVM 371/02, indica que as projeções de resultado tributável aprovadas pela administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

Consolidado	Valor estimado de realização
Safra 17/18	87.315
Entre as safras 18/19 e 19/20	38.177
Entre as safras 20/21 e 21/22	10.659
Entre as safras 22/23 e 23/24	2.040
	138.191

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, a Companhia e sua controlada Landco reconheceram os montantes de R$1.521 e R$191.771, respectivamente, de tributos diferidos passivos sobre a mais valia de custo atribuído de terras, em contrapartida da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido. O reconhecimento teve como fato gerador a transferência via redução de capital ou cisão parcial de terras da Vale do Mogi ocorrida no exercício e consequente alteração da forma de tributação em caso de realização das terras. Em função da decisão de incorporação da UBV, mencionada na nota 10.2, e consequente perda de prejuízos fiscais e base na negativa de contribuição social daquela controlada, foram baixados no resultado no exercício o equivalente a R$ 59.656 de tributos diferidos ativos. **(c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social**

continua...

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro antes dos impostos	331.836	181.628	413.645	192.638
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(112.940)	(61.754)	(140.755)	(65.497)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
• Equivalência patrimonial	59.823	82.277	29.704	25.245
• Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(1.186)	1.109	(1.206)	1.109
• Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	34.970	49.764
• Lei do Bem	2.818	3.584	2.818	3.584
• Subvenção Estadual	-	-	850	-
• Incentivos fiscais	323	102	306	103
• Outros	3.193	-	3.189	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(47.969)	25.318	(70.124)	14.308
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	14,5%	-13,9%	17,0%	-7,4%
Ajustes para apuração da alíquota efetiva não recorrentes:				
• Baixa de Ativo Fiscal Diferido	-	-	(59.654)	-
Despesa total com imposto de renda e contribuição social	(47.969)	25.318	(129.778)	14.308
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.871)	(17.279)	(14.148)	(26.130)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(41.098)	42.597	(115.630)	40.438

20. Compromissos O Grupo estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque na presente informação contábil: Matas ciliares e áreas destinadas à reserva legal O Grupo possui áreas não cultivadas, cobertas por vegetação nativa preservada, em processo de regeneração ou enriquecimento, correspondente a matas ciliares e reserva legal, destinadas a assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente, contribuindo com a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades agrícolas, observando estritamente as disposições do Código Florestal em relação à preservação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). A Companhia já providenciou a inscrição de seus imóveis junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e aderirá ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Eventuais investimentos para regularização ambiental, a forma que os mesmos serão realizados e o tempo requerido para sua execução não são mensuráveis nesse momento. Os investimentos em áreas de preservação e demais atividades para regularização ambiental, quando realizados, são registrados no ativo imobilizado. Contrato de fornecimento de etanol Mediante contrato de compra e venda, na safra 2008/2009 a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de etanol industrial para a Mitsubishi Corporation até a safra 2038/2039, em condições de mercado. Avais concedidos Adicionalmente, a Companhia é avalista garantidora do pagamento de empréstimos e financiamentos contraídos pela UBV no montante de R$ 93.357. Fornecimento de Energia Elétrica A Companhia, a BIO e a SME mantêm compromissos de comercialização de parte de sua produção por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) tanto no mercado regulado (leilões), quanto no mercado livre (contratos de venda com terceiros). Compras de insumos A Companhia mantém compromissos para aquisição de insumos com o objetivo de utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação é realizada por meio de compra para entrega futura.

21. Provisão para contingências As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações financeiras. **21.1 Perdas prováveis** O Grupo, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

Controladora

	2016	Adições	Reversões	Utilizações	Atualizações	2017
Tributários	10.651	1.386	(2.071)	(1)	1.606	11.571
Cíveis e ambientais	3.468	700	(838)	(278)	311	3.363
Trabalhistas	44.176	19.088	(12.622)	(8.051)	9.052	51.643
Total	58.295	21.174	(15.531)	(8.330)	10.969	66.577
Depósitos Judiciais	27.570	3.950	-	(8.463)	1.650	24.707

Consolidado

	2016	Adições	Reversões	Utilizações	Atualizações	Consolidação UBV	Mais Valia Valor Justo - Combinação de Negócios	2017
Tributários	12.999	2.396	(2.071)	(1)	1.607	227	2.758	17.915
Cíveis e ambientais	3.468	832	(10.511)	(278)	1.145	386	31.879	26.921
Trabalhistas	44.176	19.312	(12.829)	(8.731)	9.031	5.345	575	56.879
Total	60.643	22.540	(25.411)	(9.010)	11.783	5.958	35.212	101.715
Depósitos Judiciais	30.300	5.200	-	(8.847)	1.666	4.104	-	32.423

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Em 31 de março de 2017, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado): **Processos tributários:** Referem-se a: (a) tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente pelo Grupo, para os quais foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; (b) honorários *ad exitum* a serem pagos aos advogados contratados para defesa da empresa em processos tributários. **Processos cíveis e ambientais:** Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) reparação de danos em áreas que sofreram queima de palha de cana-de-açúcar; e (iii) execuções de natureza ambiental. **Processos trabalhistas:** As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) horas "*in itinere*"; (iii) supressão do intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; (v) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa; (vi) adicional noturno; e (vii) unicidade contratual com o consequente pagamento de 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional. **21.2 Perdas possíveis** O Grupo é parte em outros processos de natureza tributária, ambiental e cível que, com base na posição dos advogados, o risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor atribuído a essas causas são: **Processos tributários:**

Natureza	Controladora 2017 Nº de processos	Montante	Controladora 2016 Nº de processos	Montante	Consolidado 2017 Nº de processos	Montante	Consolidado 2016 Nº de processos	Montante
(i) Contribuição previdenciária	14	213.013	14	149.765	14	213.013	14	149.765
(ii) Apuração de IRPJ/CSLL	5	236.777	4	199.864	5	236.777	5	275.407
(iii) Compensação de Tributos Federais	33	33.621	19	2.947	34	33.761	26	5.219
(iv) ICMS	3	2.360	-	-	4	12.980	-	-
(v) Outros processos tributários	41	23.078	33	14.932	43	25.713	39	18.897
	96	508.849	70	367.508	100	522.244	84	449.288

(i) Os processos tratam da incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, sob a alegação de que a exportação realizada por intermédio de cooperativa não está abrangida pela imunidade prevista no artigo 149, parágrafo 2º, da Constituição Federal. (ii) Os processos tratam da exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas relacionadas com financiamento securitizados, bem como despesas decorrentes do benefício da depreciação acelerada incentivada. (iii) Os processos tratam de pedidos de compensação de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais decorrentes de pagamento a maior e/ou saldo negativo e créditos de exportação cuja compensação foi indeferida pela Receita Federal do Brasil e estão pendentes de julgamento das manifestações de inconformidade/recursos voluntários. (iv) Os processos tratam de suposto crédito indevido de ICMS, oriundos do Registro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP. (v) Os processos tratam da discussão envolvendo outros processos tributários como, por exemplo, autos de infração referente à multa pela não homologação de compensação, execuções fiscais de IPTU, contribuição para o SENAI, taxa do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM etc. **Processos cíveis e ambientais:**

Natureza	Controladora 2017 Nº de processos	Montante	Controladora 2016 Nº de processos	Montante	Consolidado 2017 Nº de processos	Montante	Consolidado 2016 Nº de processos	Montante
Ambientais	36	6.840	32	4.991	37	7.036	34	5.157
Cíveis								
Indenizatórias	21	11.572	22	11.444	21	11.571	22	11.444
Revisão de contratos	6	7.390	10	1.590	7	7.390	10	1.590
Outros processos cíveis	12	1.046	15	974	13	1.046	17	1.317
Trabalhistas	20	-	18	40	21	-	18	40
	95	26.848	97	19.039	99	27.043	101	19.548

Os processos ambientais tratam de autos de infração da CETESB e/ou policia ambiental decorrente de queima de palha de cana-de-açúcar, bem como ações anulatórias para cancelar as multas aplicadas pelos órgãos mencionados anteriormente. Os processos cíveis tratam de ações indenizatórias em geral decorrentes de (i) acidentes de trânsito e (ii) revisão de contratos. Os processos trabalhistas têm como principal motivo os Autos de Infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e/ou ações anulatórias para cancelar estes mencionados autos.

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: *(i)* monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; *(ii)* estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e *(iii)* previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos. **22.1 Riscos de Mercado. (a) Risco Cambial** A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial para reduzir o potencial impacto causado por este descasamento de moedas. Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções e *swaps*. A política de gestão de risco financeiro do Grupo define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações. **Ativos e passivos expostos à variação cambial** O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US$), consignados no balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2017:

Consolidado	R$	Milhares de US$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	62.878	19.845
Contas a receber de clientes	72.851	22.993
Instrumentos financeiros derivativos	172.944	54.584
Total dos ativos	308.673	97.422
Passivo circulante e não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	1.388.444	438.299
Instrumentos financeiros derivativos	76.102	24.024
Total dos passivos	1.464.546	462.323
Sub-total ativo (passivo)	(1.155.873)	(364.901)
(-) Financiamentos vinculados a exportações - ACC e PPE	1.325.816	418.529
Exposição líquida ativa	169.943	53.628

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2017 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R$ 3,1684 por US$ 1,00 para os ativos e R$ 3,1678 por US$ 1,00 para os passivos. **(b) Risco de volatilidade no preço de *commodities*** A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de *commodities* em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol. Em 31 de março de 2017, 697.631 toneladas de açúcar estavam precificadas junto a parceiros comerciais previstas para entrega na safra 17/18, com fixação em um preço médio de 20,14 ¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra peso), incluindo o prêmio de polarização. **(c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros** O Grupo segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, *swaps* podem ser contratados para mitigar as possíveis flutuações na taxa de juros (Libor). **(d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado** O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes para os quais a Companhia está exposta. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*.

Consolidado	Fator de risco	Impactos no resultado: Cenários prováveis 5%	Cenários possíveis 25%	Cenários possíveis 50%
Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R$/US$	3.144	15.722	31.445
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R$/US$	3.643	18.216	36.432
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R$/US$	(863)	(4.314)	(8.629)
Instrumentos financeiros derivativos				
Contratos a termo de moeda	Alta no preço futuro de commodities	(10)	(49)	(99)
Contratos de *swap* (a)	Queda na taxa de câmbio R$/US$ e alta na curva de juros	(380)	(727)	(1.306)
Exposição líquida		5.534	28.848	57.843

(a) A análise de sensibilidade das variações em curvas de juros foi efetuada considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 5bps, 25bps e 50bps *(basis points)* na curva de precificação do derivativo. A exposição a taxas refere-se exclusivamente a variações na curva do DI e Cupom Cambial. **(e) Instrumentos financeiros** A Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos eleitos para designação são: a) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira - dólar americano b) dívidas em moeda estrangeira – dólar americano - que efetuam coberturas de vendas das safras 2017/2018 a 2020/2021, e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras). Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras. Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes. Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são revisados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), estratégias de Opções, *Swaps* e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de março de 2017 e 2016, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

2017

Controladora e Consolidado	Valor/ Volume contratado	Preço/ taxa média	Valor de referência (Nacional) - R$	Valor justo (Fair value) - R$
No ativo circulante - Ganho				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
• Compromisso de venda	309.437	19,29	372.272	46.121
• Compromisso de compra	762	16,65	791	6
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
• Compromisso de venda	152.966	18,55	176.968	17.975
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
• Compromisso de venda	281.704	3,548	999.570	85.528
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
• Posição titular de opções de compra (Calls)	5.080	19,75	6.257	4
• Posição titular de opções de venda (Puts)	64.519	20,24	81.443	15.697
Contratos de Swap - Juros - Balcão				7.586
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos no Ativo Circulante				172.917
No ativo não circulante - Ganho				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				27
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos no Ativo Não Circulante				27

2017

Controladora e Consolidado	Valor/ Volume contratado	Preço/ taxa média	Valor de referência (Nocional) - R$	Valor justo (Fair value) - R$
No passivo circulante - Perda				
Depósito de margem				248
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
• Compromisso de venda	2.591	18,44	2.980	-
• Compromisso de compra	82.351	17,94	92.140	5.968
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
• Compromisso de venda	19.848	3,249	64.492	119
• Compromisso de compra	425	3,449	1.466	98
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
• Posição lançadora de opções de compra (Calls)	69.599	21,57	93.629	208
Contratos de Swap - Juros - Balcão				69.456
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos no Passivo Circulante				76.097
No passivo não circulante - Perda				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				5
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos no Passivo Não Circulante				5

2016

Controladora e Consolidado	Valor/ Volume contratado	Preço/ taxa média	Valor de referência (Nocional) - R$	Valor justo (Fair value) - R$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem				72.395
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
• Compromisso de venda	36.171	16,06	45.593	1.979
• Compromisso de compra	366.489	14,56	418.731	24.520
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
• Compromisso de venda	45.722	16,17	58.024	1.512
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
• Compromisso de venda	88.550	4,142	366.797	31.162
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
• Posição titular de opções de compra (Calls)	76.204	14,25	85.199	9.034
• Posição titular de opções de venda (Puts)	200.669	12,84	202.135	2.391
Contratos de Swap - Juros - Balcão				2.708
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos no Ativo Circulante				145.701
No ativo não circulante - Ganho				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				43.243
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos no Ativo Não Circulante				43.243

2016

Controladora e Consolidado	Valor/ Volume contratado	Preço/ taxa média	Valor de referência (Nocional) - R$	Valor justo (Fair value) - R$
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
• Compromisso de venda	569.495	13,46	601.696	91.706
• Compromisso de compra	134.068	16,01	168.399	6.089
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
• Compromisso de venda	14.080	3,782	53.254	805
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
• Posição lançadora de opções de compra (Calls)	259.549	14,15	288.049	36.905
• Posição lançadora de opções de venda (Puts)	15.241	13,00	15.545	12
Contratos de Swap - Juros - Balcão				61.147
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos no Passivo Circulante				196.664
No passivo não-circulante - Perda				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				65.625
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos no Passivo Não Circulante				65.625

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções. Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades. A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* em 31 de março de 2017, é como segue:

Controladora e consolidado	Ativo	Passivo	TOTAL em Outros Resultados Abrangentes
Instrumentos financeiros:			
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	78.566	5.270	73.296
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	85.337	903	84.434
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	30.240	241.346	(211.106)
Contratos de *Swap*	-	25.927	(25.927)
	194.143	273.446	(79.303)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(66.009)	(92.972)	26.963
	128.134	180.474	(52.340)

(f) Estimativa de realização Em 31 de março de 2017, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Controladora e consolidado	Safra 17/18	Safra 18/19	Safra 19/20	Safra 20/21	TOTAL
Instrumentos financeiros derivativos:					
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	73.296	-	-	-	73.296
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	84.433	-	-	-	84.433
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(128.580)	(60.980)	(30.704)	9.159	(211.105)
Contratos de *Swap*	(25.927)	-	-	-	(25.927)
	3.222	(60.980)	(30.704)	9.159	(79.303)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(1.095)	20.733	10.439	(3.114)	26.963
	2.127	(40.247)	(20.265)	6.045	(52.340)

22.2 Risco de crédito A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos do Grupo. O Grupo controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, com critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira. Com relação ao risco de crédito de clientes, o Grupo avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado. **22.3 Risco de liquidez** O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e a dívida de curto prazo. O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreados em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado. Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária à taxas fixas previamente estabelecidas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Controladora	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de março de 2017					
Empréstimos e financiamentos	1.175.682	533.209	1.357.928	107.575	3.174.394
Instrumentos financeiros derivativos	76.097	5	-	-	76.102
Fornecedores	103.122	-	-	-	103.122
Aquisição de participação societária	11.958	11.620	34.860	3.650	62.088
Outros passivos	17.714	-	-	13.044	30.758
	1.384.573	544.834	1.392.788	124.269	3.446.464
Em 31 de março de 2016					
Empréstimos e financiamentos	667.015	1.028.493	1.639.133	152.556	3.487.197
Instrumentos financeiros derivativos	196.664	65.625	-	-	262.289
Fornecedores	119.128	-	-	-	119.128
Aquisição de participação societária	17.937	23.240	34.860	3.650	79.687
Outros passivos	17.252	-	-	9.993	27.245
	1.017.996	1.117.358	1.673.993	166.199	3.975.546

Consolidado	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de março de 2017					
Empréstimos e financiamentos	1.499.583	626.208	1.470.372	122.897	3.719.060
Instrumentos financeiros derivativos	76.097	5	-	-	76.102
Fornecedores	138.923	-	-	-	138.923
Aquisição de participação societária	11.958	11.620	34.860	3.650	62.088
Outros passivos	28.659	-	-	13.044	41.703
	1.755.220	637.833	1.505.232	139.591	4.037.876
Em 31 de março de 2016					
Empréstimos e financiamentos	670.559	1.031.979	1.649.591	155.058	3.507.187
Instrumentos financeiros derivativos	196.664	-	-	-	196.664
Fornecedores	113.907	-	-	-	113.907
Aquisição de participação societária	17.937	23.240	34.860	3.650	79.687
Outros passivos	26.591	-	-	10.179	36.770
	1.025.658	1.055.219	1.684.451	168.887	3.934.215

22.4 Gestão de capital Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das SA´s permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

23. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros. 23.1 Classificação A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

Controladora

	Classificação	2017	2016
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	142.020	266.343
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	549.143	641.728
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	135.972	76.706
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	172.944	188.944
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	4.623	2.996
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Empréstimos e recebíveis	3.722	4.517
		1.008.424	1.181.234
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Passivo ao custo amortizado	3.174.394	3.487.197
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	76.102	262.289
Fornecedores	Outros passivos financeiros	103.122	119.128
Aquisição de participações societárias	Outros passivos financeiros	62.088	79.687
Outros passivos	Outros passivos financeiros	30.758	27.245
		3.446.464	3.975.546

Consolidado

	Classificação	2017	2016
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	142.454	266.659
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1.053.780	711.910
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	194.678	108.274
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	172.944	188.944
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Empréstimos e recebíveis	3.881	4.515
		1.567.737	1.280.302
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Passivo ao custo amortizado	3.719.060	3.507.187
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	76.102	262.289
Fornecedores	Outros passivos financeiros	138.923	113.907
Aquisição de participações societárias	Outros passivos financeiros	62.088	79.687
Outros passivos	Outros passivos financeiros	41.703	36.770
		4.037.876	3.999.840

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes no Grupo. **23.2 Valor Justo** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. No exercício findo em 31 de março de 2017, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Conforme balanço patrimonial	2017 Nível 1	2017 Nível 2	2017 Nível 3	2016 Nível 1	2016 Nível 2	2016 Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	1.053.780	-	-	711.910	-
Depósito de margem	-	-	-	-	72.395	-
Instrumentos financeiros derivativos	61.828	111.116	-	37.924	78.625	-
Ativos biológicos	-	-	437.656	-	-	470.241
	61.828	1.164.896	437.656	37.924	862.930	470.241
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos	6.176	69.926	-	134.712	127.577	-

Futuros e Opções na ICE O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE *Futures* US) é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado. **Opções de câmbio** O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o método de "*Black & Scholes*", utilizando dados públicos de mercado e características das mesmas, especificamente o preço do ativo-objeto, o *strike* das opções, a volatilidade, a curva de juros e o tempo remanescente até o vencimento dos contratos. **Contratos a termo** O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por fluxo de caixa descontado baseado em dados de mercado observáveis, especificamente as curvas de juros DI e cupom cambial publicadas pela BM&F, a PTAX publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar divulgados pela Ice Futures na bolsa ICE. **Outros ativos e passivos financeiros** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

24. Informação por segmento (consolidado) A administração definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o Conselho de administração. As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pelo Grupo, compondo os seguintes segmentos: *(i)* Açúcar; *(ii)* Etanol; *(iii)* Energia elétrica; *(iv)* Empreendimentos imobiliários; e *(v)* Outros produtos, no qual estão incluídas as operações relacionadas à produção e comercialização de ácido ribonucléico (sal sódico) e outros produtos ou subprodutos de menor relevância. Alguns eventos ocorridos durante o período findo em 30 de junho de 2016, resultaram no reposicionamento estratégico da Vale do Mogi evidenciando a atividade imobiliária como seu principal negócio. Dentre estes eventos podemos destacar: (a) a constituição de uma administração independente e estrutura operacional própria; (b) o lançamento dos empreendimentos imobiliários; e (c) a integralização adicional de terras pela Companhia na Vale do Mogi. As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil. **Resultado consolidado por segmento**

continua...

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2017

	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta							
Mercado interno	202.314	804.012	128.808	23.612	97.335	-	1.256.081
Mercado externo	1.530.437	115.623	-	-	382	-	1.646.442
Resultado com derivativos	(173.269)	(8.333)	-	-	-	-	(181.602)
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	(7.309)	(7.309)
(-) Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(15.960)	(61.678)	(8.287)	(2.323)	(15.845)	-	(104.093)
Receita Líquida	1.543.522	849.624	120.521	21.289	81.872	(7.309)	2.609.519
Custo dos produtos vendidos	(1.099.735)	(668.624)	(49.347)	(3.372)	(66.653)	(13.022)	(1.900.753)
Variação do Valor de Mercado do Ativo Biológico	(4.212)	(1.827)	-	-	-	(19.418)	(25.457)
Lucro bruto	439.575	179.173	71.174	17.917	15.219	(39.749)	683.309
Margem bruta	28,48%	21,09%	59,06%	84,16%	18,59%	-	26,19%
Despesas com vendas	(86.766)	(9.309)	(3.463)	-	(2.403)	-	(101.941)
Demais despesas operacionais	-	-	-	-	-	87.515	87.515
Lucro operacional	352.809	169.864	67.711	17.917	12.816	47.766	668.883
Margem Operacional	22,86%	19,99%	56,18%	84,16%	15,65%	-	25,63%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	(385.016)	(385.016)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	283.867

2016 - Reapresentado

	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta							
Mercado interno	108.037	805.831	154.455	24.192	49.870	-	1.142.385
Mercado externo	1.119.257	244.032	-	-	11.046	-	1.374.335
Resultado com derivativos	(54.659)	(27.836)	-	-	-	-	(82.495)
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	(9.389)	(9.389)
(-) Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(8.222)	(57.080)	(7.985)	(982)	(11.837)	-	(86.106)
Receita Líquida	1.164.413	964.947	146.470	23.210	49.079	(9.389)	2.338.730
Custo dos produtos vendidos	(921.498)	(720.172)	(48.038)	(6.581)	(35.145)	(12.617)	(1.744.051)
Variação do Valor de Mercado do Ativo Biológico	(3.873)	93	-	-	-	53.027	49.247
Lucro bruto	239.042	244.868	98.432	16.629	13.934	31.021	643.926
Margem bruta	20,53%	25,38%	67,20%	71,65%	28,39%	-	27,53%
Despesas com vendas	(78.984)	(22.364)	(2.176)	-	(77)	-	(103.601)
Demais despesas operacionais	-	-	-	-	-	(53.465)	(53.465)
Lucro operacional	160.058	222.504	96.256	16.629	13.857	(22.444)	486.860
Margem Operacional	13,75%	23,06%	65,72%	71,65%	28,23%	-	20,82%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	(279.914)	(279.914)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	206.946

Ativos operacionais consolidados por segmento Os principais ativos operacionais do Grupo foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

2017

	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	87.513	52.897	12.185	31.617	10.466	194.678
Estoques	153.785	172.140	-	6.398	13.017	345.340
Ativos biológicos	248.970	337.392	-	-	-	586.362
Imobilizado	2.333.498	2.816.568	138.484	-	-	5.288.550
Intangível	233.661	164.442	75.839	-	-	473.942
Total de ativos alocados	3.057.427	3.543.439	226.508	38.015	23.483	6.888.872
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	1.803.011	1.803.011
Total	3.057.427	3.543.439	226.508	38.015	1.826.494	8.691.883

2016 - Reapresentado

	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	45.796	15.178	5.798	26.911	14.591	108.274
Estoques	151.887	118.600	-	6.622	14.450	291.559
Ativos biológicos	282.710	187.531	-	-	-	470.241
Imobilizado	2.338.079	1.548.967	106.482	-	10.941	4.004.469
Intangível	235.399	164.982	89.176	-	-	489.557
Total de ativos alocados	3.053.871	2.035.258	201.456	33.533	39.982	5.364.100
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	2.016.792	2.016.792
Total	3.053.871	2.035.258	201.456	33.533	2.056.774	7.380.892

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos.

25. Receitas A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. **(i) Venda de produtos e prestação de serviços** O Grupo comercializa açúcar, etanol, energia elétrica, ácido ribonucleico, bagaço de cana, entre outros. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. O Grupo presta serviços de plantio, mecanização e logística. A precificação desses serviços ocorre mediante ao tempo incorrido e materiais utilizados, e são reconhecidos a medida que ocorrem. **(ii) Venda de terras e loteamentos (Empreendimentos imobiliários)** As receitas de vendas e os custos dos terrenos inerentes aos empreendimentos são apropriados ao resultado à medida que as obras de infraestrutura avançam, uma vez que a transferência de riscos e benefícios ocorre de forma contínua. Nessas vendas (lotes não desenvolvidos), são observados os seguintes procedimentos: *(i)* Apuração do percentual de custo incorrido, em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita de lotes e unidades vendidas, ajustado segundo as condições dos contratos de venda; *(ii)* Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou ativo não circulante; e *(iii)* Os montantes recebidos em relação à venda de lotes que sejam superiores aos valores reconhecidos de receita, são contabilizados na rubrica "Adiantamento de Clientes". Nas vendas a prazo de terrenos com as obras de infraestrutura concluídas, o resultado é apropriado no momento que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, sendo as receitas mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. A Companhia considera o ajuste a valor presente para os valores a receber registrados.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	1.083.192	1.000.566	1.256.081	1.142.385
Mercado externo	1.646.442	1.374.335	1.646.442	1.374.335
Resultado com derivativos	(181.602)	(82.495)	(181.602)	(82.495)
	2.548.032	2.292.406	2.720.921	2.434.225
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica *(i)*	-	-	(7.309)	(9.389)
	2.548.032	2.292.406	2.713.612	2.424.836
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(94.896)	(78.727)	(104.093)	(86.106)
	2.453.136	2.213.679	2.609.519	2.338.730

(i) Amortização dos contratos de fornecimento de Energia da BIO e UBV.

26. Custos e despesas por natureza A reconciliação das despesas por natureza é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Matéria prima e materiais de uso e consumo	817.750	706.887	771.093	655.344
Despesas com pessoal	349.416	353.371	357.179	356.103
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	609.062	602.588	631.870	605.946
Serviços de terceiros	141.102	138.742	143.401	138.911
Peças e serviços de manutenção	90.656	92.516	93.912	92.705
Contencioso	5.700	10.912	(3.845)	10.903
Variação no valor justo dos ativos biológicos	41.801	(49.248)	25.456	(49.248)
Materiais para revenda	52.007	42.372	67.868	46.489
Realização de mais valia de estoque (PPA)	-	-	5.140	-
Custo com venda de terras	-	-	3.372	6.581
Outras despesas	70.462	71.804	80.518	71.358
	2.177.956	1.969.944	2.175.964	1.935.092
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	1.932.594	1.736.886	1.926.210	1.694.804
Despesas com vendas	98.868	101.832	101.941	103.601
Despesas gerais e administrativas	146.494	131.226	147.813	136.687
	2.177.956	1.969.944	2.175.964	1.935.092

27. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Alienação de participação societária - SMA	-	2.027	-	2.027
Ganho por mudança de participação relativa CTC	-	-	2.598	3.531
Ganho por compra vantajosa (Nota 10.2)	96.586	-	96.586	-
Ganho mais valia - participação NF aquirida (Nota 10.2)	22.561	-	22.561	-
Ganho mais valia - remensuração de participação NF (Nota 10.2)	23.435	-	23.435	-
Resultado na venda de imobilizado	(920)	(704)	(966)	(704)
Resultado na venda de sucata	2.798	1.861	2.853	1.861
Recuperações com parceria agrícola	-	971	-	971
Despesas com processo ICMS Copersucar	(773)	(105)	(773)	(105)
Recuperações judiciais	86	942	86	942
Outros	163	218	1.583	449
	143.936	5.210	147.963	8.972

28. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	100.909	85.921	116.224	97.714
Comissão de fiança bancária	1.855	3.194	1.855	3.194
PIS/COFINS sobre receita financeira	(8.783)	(2.776)	(8.981)	(2.927)
Outras receitas	2.431	1.686	4.957	7.158
	96.412	88.025	114.055	105.139
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	(2.806)	(2.943)	(2.806)	(2.943)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(222.088)	(197.943)	(227.154)	(199.436)
Juros sobre parcelamento - Copersucar	(12.383)	(11.548)	(12.383)	(11.548)
Juros pagos e auferidos	(43.434)	(49.302)	(44.354)	(49.831)
Comissão de fiança bancária	(2.587)	(1.760)	(2.606)	(1.760)
ICMS Copersucar	(6.247)	(20.245)	(6.247)	(20.245)
Reversão provisão desp. ICMS Copersucar	-	22.246	-	22.246
Correção monetária de contingências	(10.969)	(10.011)	(11.783)	(10.012)
Gastos com emissão CRA	(1.941)	-	(1.941)	-
Outras despesas	(5.480)	(4.897)	(7.906)	(4.903)
	(307.935)	(276.403)	(317.180)	(278.432)
Variação cambial e monetária, líquida				
Disponibilidades	(23.075)	50.328	(23.075)	50.328
Clientes e fornecedores	(5.712)	1.475	(5.712)	1.475
Empréstimos e financiamentos	32.093	(125.276)	31.688	(125.276)
	3.306	(73.473)	2.901	(73.473)
Derivativos - não designados para *hedge accounting*				
Resultado com operações de açúcar	2.832	(28.450)	2.832	(28.450)
Resultado com operações de etanol	(267)	(6)	(267)	(6)
Resultado com operações de câmbio	35.714	(23.487)	35.714	(23.487)
Resultado com swap	(80.126)	6.237	(80.126)	6.237
Custo com transações em bolsa	(2.470)	(1.897)	(2.470)	(1.897)
Variação cambial líquida	(10.697)	147	(10.697)	147
	(55.014)	(47.456)	(55.014)	(47.456)
Resultado financeiro	(263.231)	(309.307)	(255.238)	(294.222)

29. Lucro por ação

	2017	2016 Reapresentado
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	283.867	206.946
Quantidade média ponderada das ações ordinárias no período - lotes de mil	337.320	338.928
Lucro básico por ação (em reais)	0,8415	0,6106
	2017	**2016 Reapresentado**
Lucro do exercício usado para determinar o lucro diluído por ação	283.867	206.946
Quantidade média ponderada das ações ordinárias para o lucro diluído por ação - lotes de mil (i)	338.059	339.606
Lucro diluído por ação (em reais)	0,8397	0,6094

(i) Média ponderada inclui as opções de compra de ações com potencial de diluição. As quantidades médias ponderadas das ações ordinárias utilizadas no cálculo do lucro por ação, básico e diluído, para o exercício findo em 31 de março de 2016 foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações ocorrido em 9 de dezembro de 2016, mencionado na nota 17 (a).

30. Cobertura de seguros O Grupo mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes em 31 de março de 2017 são:

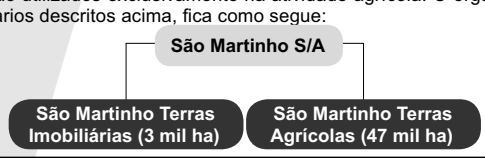
Controladora e Consolidado Riscos cobertos	Cobertura máxima (i)
Responsabilidade civil	3.932.017
Lucros Cessantes	3.128.000
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	2.020.000
Outras Coberturas	2.529.400
Danos elétricos	1.640.486
Roubo ou furto	363.185
Fenômenos naturais, impactos de veículos aéreos ou terrestres, etc.	192.000

(i) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades segurados. As coberturas relativas aos veículos, principalmente sobre responsabilidade civil, também estão incluídas acima, exceto para os danos materiais, que têm como referência, em média, 100% da tabela FIPE.

31. Aquisição e alienação de participação societária – valores a pagar e receber O saldo a pagar líquido refere-se à aquisição e alienação de participação societária e está composto como segue:

	Valores a pagar					Valores a receber					
	Saldo 2016	Atualização monetária	Amortização (principal)	Amortização (juros)	Saldo 2017	Saldo 2016	Atualização monetária	Amortização (principal)	Amortização (juros)	Saldo 2017	Saldo líquido
Santa Cruz - aquisição de participação 56,05%	(251.124)	(31.602)	31.210	31.853	(219.663)	-	-	-	-	-	(219.663)
Agro Pecuária Boa Vista - alienação de participação	-	-	-	-	-	177.329	22.375	(19.590)	(22.539)	157.575	157.575
TOTAL com parte relacionada LOP	**(251.124)**	**(31.602)**	**31.210**	**31.853**	**(219.663)**	**177.329**	**22.375**	**(19.590)**	**(22.539)**	**157.575**	**(62.088)**
Santa Cruz - 3,9%	(5.893)	(42)	5.935	-	-	-	-	-	-	-	-
	(257.017)	**(31.644)**	**37.145**	**31.853**	**(219.663)**	**177.329**	**22.375**	**(19.590)**	**(22.539)**	**157.575**	**(62.088)**
										Passivo circulante	(11.958)
										Passivo não circulante	(50.130)
											(62.088)

Os valores são corrigidos pelo CDI, sendo pagos anualmente e com vencimento até 2025. **32. Eventos subsequentes. (a) Emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")** Em 07 de abril de 2017, a Companhia realizou nova captação de recursos via mercado de capitais, através de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA pela Vert Companhia Securitizadora, no montante de R$ 506.400. O valor está composto por dois tipos de Certificados, sendo (i) no valor de R$ 313.566 com pagamentos semestrais dos juros equivalentes a 96% da variação acumulada da taxa CDI e amortização única do principal em Abril de 2021 e, (ii) no valor de R$ 192.834 com pagamentos anuais dos juros equivalentes a IPCA + 5,0894% e amortização única do principal em Abril de 2023. **(b) Captação de recursos através do IFC** Em 07 de junho de 2017, a Companhia realizou a captação de US$ 90.000 (R$ 295.740) através do *International Finance Corporation* (IFC), membro do grupo Banco Mundial, com prazo final de 8 anos. **(c) Cisão parcial da Vale do Mogi** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1° de junho de 2017, foi aprovada a cisão parcial da controlada Vale do Mogi para controlada LandCo. A parcela cindida refere-se a terras no montante de R$ 899.056. Estes bens estão acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) no valor de R$ 854.674. Adicionalmente, a Assembleia aprovou a alteração da razão social da Vale do Mogi para São Martinho Terras Imobiliárias S.A. (SMT Imobiliárias). Com esta movimentação, a SMT Imobiliárias passa a deter 3 mil hectares de terras que serão destinadas a projetos imobiliários e minerários. **(d) Cisão parcial da LandCo** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1° de junho de 2017, foi aprovada a cisão parcial da controlada LandCo para controlada Vale do Mogi. A parcela cindida refere-se a terras no montante de R$ 5.400. Estes bens estão acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) no valor de R$ 5.131. A mesma Assembleia também aprovou a alteração da razão social da LandCo para São Martinho Terras Agrícolas S.A. (SMT Agrícolas). Após esta movimentação, a SMT Agrícolas passa a deter 47 mil hectares de terras que serão utilizados exclusivamente na atividade agrícola. O organograma após os atos societários descritos acima, fica como segue:



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO **DIRETORIA** **CONSELHO FISCAL** **ADRIANO FURTADO** - TC CRC 1SP262298/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da São Martinho S.A. Pradópolis - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da São Martinho S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da São Martinho S.A. em 31 de março de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase Reapresentação dos valores correspondentes** Conforme mencionado na nota explicativa 2.8, em decorrência da mudança de política contábil introduzida pelo CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola e CPC 27 – Ativo Imobilizado, equivalentes ao IAS 41 – *Agriculture* e ao IAS 16 – *Property, Plant and Equipment*, respectivamente, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 31 de março de 2016 e 1º de abril de 2015, e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração dos ativos biológicos** A Companhia e sua controlada Usina Boa Vista S.A. mensuraram seus ativos biológicos, que correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento, com base no seu valor justo, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para esse produto agrícola. Conforme mencionado na nota 11, essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, preços e taxa de juros para desconto dos fluxos de caixa. Em 31 de março de 2017, a Companhia possuía saldo de R$ 437.656 mil e R$ 586.362 mil na rubrica de ativos biológicos, no ativo circulante individual e consolidado, respectivamente. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores dos ativos biológicos registrados pela Companhia e às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de produtividade, preços futuros de açúcar e álcool e taxas de juros para desconto dos fluxos de caixa. Também focamos na adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo no ativo circulante, como seus reflexos no resultado do exercício. Analisamos também a adequação das divulgações da Companhia na nota 11 das demonstrações financeiras. **Instrumentos financeiros derivativos** Com o intuito de proteção aos riscos de volatilidade do preço de commodities, taxas de câmbio e taxa de juros, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo que para parte desses a Administração utiliza a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Esses instrumentos financeiros derivativos totalizavam R$ 128.134 mil, R$ 180.474 mil e um saldo devedor de R$ 52.340 mil (líquido dos efeitos tributários) no ativo, passivo e patrimônio líquido, respectivamente em 31 de março de 2017. Para estar apta a aplicar o método de contabilidade de *hedge*, a Companhia deve cumprir determinadas exigências previstas nas normas contábeis, incluindo, mas não se limitando à documentação formal da designação para contabilidade de *hedge*, realização de teste de efetividade e contabilização de eventual ineficácia na demonstração do resultado. Dadas as exigências técnicas aplicáveis à adoção de contabilidade de *hedge*, bem como, em caso da ocorrência de designação ou comprovação de ineficácia com potencial risco de distorção nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Com o envolvimento dos nossos especialistas em instrumentos financeiros derivativos, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros e em base de amostragem, a revisão de contratos, envio de cartas de confirmação para as contrapartes dos respectivos contratos, revisão das políticas e memorandos que formalizam a designação para contabilidade de *hedge* e exames dos testes de efetividade prospectiva e retrospectiva para avaliar se as relações de cobertura são eficazes e se foram adequadamente calculados. Analisamos também a adequação das divulgações da Companhia nas notas 22 e 23 das demonstrações financeiras. **Combinação de negócios** Conforme divulgado na nota 10.2, em fevereiro de 2017, a Companhia concluiu o processo de aquisição e incorporação integral da Nova Fronteira Bioenergia S.A., tendo como contraprestação a emissão ações da própria Companhia, cujo valor justo reconhecido totalizou R$ 459.806 mil. A Administração, assistida por seus especialistas externos em avaliação, determinou o valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Nova Fronteira Bioenergia S.A. para alocação preliminar da contraprestação e mensuração da participação anteriormente existente, resultando no reconhecimento de ativos tangíveis, intangíveis e ganho no resultado do exercício no montante de R$ 94.104 mil, liquido de tributos. Em função da relevância dos valores envolvidos e grau de julgamento envolvido na mensuração do valor justo alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos objetos da transação, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a utilização de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na discussão e questionamento das premissas e metodologia utilizadas pela Administração na mensuração dos valores justos e na avaliação da competência dos avaliadores independentes contratados, assim como, o efeito da alocação preliminar do valor justo na combinação de negócios nas demonstrações financeiras. Analisamos ainda a adequação da divulgação efetuada pela Companhia em relação à combinação de negócios na nota demonstrações financeiras. **Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de junho de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete
Contador
CRC 1SP198698/O-4